

AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	151
Introdução.....	151
Regionalização do Estado	153
Agropecuária	162
<i>Produção Agropecuária Gaúcha.....</i>	<i>167</i>
<i>Condições Físicas.....</i>	<i>168</i>
<i>Estrutura agrária</i>	<i>168</i>
<i>Condição do responsável pela exploração.....</i>	<i>169</i>
<i>Uso da terra</i>	<i>170</i>
<i>Terras com lavouras</i>	<i>170</i>
Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas.....	171
<i>Dados da PNAD.....</i>	<i>171</i>
<i>Demanda da Força de Trabalho na Agropecuária – Sensor Rural.....</i>	<i>181</i>
A Região da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves	184
<i>Escola Agrotécnica Federal “Juscelino Kubitschek” de Bento Gonçalves</i>	<i>201</i>
Bibliografia.....	205

AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Introdução

Esta introdução tem por objetivo reforçar e complementar alguns aspectos gerais da economia do Rio Grande do Sul, já abordados no item Indicadores Socioeconômicos, dado sua importância e influência sobre a agropecuária e o agronegócio no Estado.

Recentes acontecimentos apontam para mudanças no perfil econômico do Estado⁴, com a instalação de montadoras automotivas– General Motors e Navistar Internacional; e o estabelecimento de fábricas de pneus, Goodyear e Pirelli; de fumo, Souza Cruz; de bebidas, Brahma; de computadores, Dell Computers; bem como com a inserção de outros setores complementares aos já citados. Há, também, novas perspectivas de investimentos dos setores tradicionais, como o grupo Gerdal, a Copersul (com duplicação do III pólo petroquímico), entre outros. A indústria de calçados, após assistir uma intensa migração para o Nordeste, começa a mudar seu perfil com a substituição das grandes empresas por centenas de pequenas empresas.

A proximidade geográfica do Rio Grande do Sul com Mercosul, e a condição de Estado periférico têm sido fatores decisivos para a atração de novos investimentos de fora, principalmente daqueles que buscam atender não só à demanda interna, mas, também, as demandas dos países vizinhos que pertencem ao bloco do Mercosul. Assim, conforme Macadar (1999)⁵, várias empresas vêm anunciando investimentos no Estado, que, além dos incentivos concedidos para nele se instalar, há a vantagem locacional– proximidade dos mercados consumidores do Uruguai e da Argentina.

A Tabela, registra os capitais de diversas origens que vêm se interessando pelo Rio Grande do Sul, nos quais predominam os de origem norte-americana e argentina. Os recursos estão sendo concentrados nos setores de alimentos e bebidas, assim como nos setores automotivo e de autopeças. A maior parte dos recursos está se concentrando espacialmente na Região Metropolitana de

⁴ Apesar de perder a Ford para a Bahia em conseqüência da guerra fiscal entre os Estados, que assola o país.

⁵ MACADAR, B.M. “A influência do Mercosul na atração de investimentos diretos estrangeiros e na ampliação da infra-estrutura do RS – 1998”. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n.4, 1999.

Porto Alegre, e nas mesorregiões do seu entorno, portanto, se posicionando quase exclusivamente na parte norte, com poucas empresas pretendendo se localizar na parte sul do Estado.

Tabela 296
Investimentos Diretos do Exterior, Anunciados ou Iniciados
Rio Grande do Sul
1998

Empresas		Investimentos Anunciados/Iniciados		
Nome	Capitais	Local	Montante (US\$)	Setor
Nestlé	Suíça	Camaquã	10 milhões	Alimentos
Canale do Brasil	Argentina	Bento Gonçalves	36 milhões	Alimentos
Frangosul	França	Montenegro	...	Alimentos
Sino dos Alpes	Itália	Teutônia	8 milhões	Alimentos
Sports-Cars	Inglaterra	Farroupilha	22 milhões	Automotivo
Proar – Eqp.				
Pneum.	Espanha	Novo Hamburgo	3,9 milhões	Automotivo
Maxion Motores	EUA	Canoas	20 milhões	Automotivo
AGCO do Brasil	EUA	Santa Rosa	10 milhões	Colheitadeiras
AG Simpson	Canadá	Gravataí	117 milhões	Automotivo
Ursus do Brasil	Polônia	Passo Fundo	20 milhões	Tratores
Britax	Inglaterra	RM POA	8 milhões	Autopeças
Livnica Kikinda	Iugoslávia	Charqueadas	100 milhões	Autopeças
New Age	EUA	Pelotas	32 milhões	Bebidas
Crown Cork	EUA	-	45 a 50 milhões	Embalagens metálicas
Roullier	França	Rio Grande	60 milhões	Fertilizantes
Dell Computer	EUA	Alvorada	128 milhões	Informática
Hidro-Pacific	EUA	Glorinha	40 milhões	Aparelhos
Land and Sky do Brasil	EUA	Canoas	2 a 3 milhões	Móveis
Innova	Argentina	Triunfo	215 milhões	Petroquímico
Ensinger	Alemanha	São Leopoldo	...	Plásticos
Indutex	Portugal	Três Coroas	20 milhões	Plásticos
Medabil				Esquadrias de
Tessenderio	Bélgica	RM POA	40 milhões	PVC
Capri	EUA	Osório	16 milhões	Têxtil

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE.

As maiores empresas gaúchas, com o advento do Mercosul, estão se deslocando para fora, investindo preferencialmente na Argentina, como por exemplo, a Marcopolo, a Sipar e a Randon, conforme tabela a seguir.

Tabela 297
Investimentos Gaúchos no Território Argentino, Anunciados ou Iniciados
1998

Empresas		Investimentos na Argentina	
Nomes	Locais	Montante (US\$)	Setor
Marcopolo Latinoamérica	Rio Cuarto e Córdoba	10 milhões	Automotivo
Randon Argentina	Rosário e Santa Fé	5 milhões	Automotivo
Sipar Laminación de Aceros	Santa Fé	50 milhões	Laminadora de Aços

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE .

O Mercosul vem influenciando também nos investimentos em infra-estrutura do Estado, que se manifestam de forma predominante nas áreas de transporte

(rodoviário, ferroviário, hidroviário e no porto do Rio Grande) e de energia (gás boliviano e argentino e de energia elétrica). Contudo, com os cortes no Brasil em Ação II, em função do ajuste fiscal, os planos de investimentos na infraestrutura estadual deverão ficar comprometidos e ou adiados, como por exemplo, o porto de Rio Grande e a rodovia do Mercosul que são investimentos prejudicados pelo enxugamento de despesas. Já os gastos no gasoduto Brasil–Bolívia devem seguir em ritmo normal até Porto Alegre, isto porque os últimos investimentos do gasoduto estão previstos para serem financiados com recursos externos e da iniciativa privada, de forma que os serviços não ficarão comprometidos (Macadar, 1999).

Os gaúchos também estão investindo pesado no turismo, principalmente no ecoturismo, desenhando um novo mapa turístico para o Estado, no sentido de explorar cada vez mais as vocações regionais. Este esforço se deve ao fato de que o Rio Grande do Sul pode oferecer atrações naturais o ano todo, porque é uma das poucas localidades do país que tem as quatro estações do ano bem definidas. Portanto, além de manter e incentivar os conhecidos roteiros da Serra Gaúcha (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado e Canela) e do caminho das Missões, a Secretaria de Turismo do Estado vem definindo outros roteiros, que envolvem o litoral, os pampas, os recursos naturais para ecoturismo, as áreas de colonização européia, a produção de vinhos, entre outros. Isso pode ter reflexos muito importantes na geração de empregos rurais não-agrícolas nas diversas regiões do Estado.

Regionalização do Estado

O Estado do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, apresenta-se dividido em sete mesorregiões: Centro Oriental Rio-Grandense, Centro Ocidental Rio-Grandense, Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense e Metropolitana de Porto Alegre.

Mas, para o presente relatório, optou-se pela regionalização realizada por Navarro (1999) e não pela do IBGE, que faz somente uma divisão geográfica do espaço, e nem a da Secretaria do Planejamento do Estado, que divide o Estado em duas metades, a norte e a sul, que parece, num primeiro momento, bastante genérica para o objeto desta pesquisa das escolas agrotécnicas. A opção pela regionalização apresentada por Navarro se deve ao fato desta

regionalização estar em comum acordo com a metodologia utilizada para as escolas agrotécnicas, pois conforme o autor: “a regionalização (...) não obedece a critérios ou delimitações oficiais, mas reflete principalmente o senso comum, tal como referido em matérias jornalísticas ou mesmo entre os agricultores. De fato, não existe esta definição, formalmente definida. Da mesma forma, a divisão indicada não registra outras áreas típicas, às vezes relevantes em termos produtivos, mas menores geograficamente e de menor amplitude social, como por exemplo, as zonas de pequenas unidades produtivas de pêssego e produtos para conserva, no sudoeste do Estado” (Mapa 6).

Mapa 6

Região A (Alto Uruguai): predominam pequenos produtores de baixa renda; produção de cultivos de subsistência (milho, mandioca, feijão); no geral, é uma região montanhosa, onde a mecanização não é possível, com solos de fertilidade mais baixa.

Região C (Planalto Médio): predominam médios e grandes produtores ("granjeiros"); típica região produtora de soja no estado (largamente mecanizada) e estimulada a partir do início da década de 70.

Região B/E: há grandes propriedades, dedicadas à pecuária extensiva ou semi-extensiva, de baixa produtividade; a Região B (Campanha) também apresenta áreas produtoras de arroz, neste caso altamente mecanizadas e produtivas. Nos anos 80, a soja expandiu-se também para certas áreas desta região, embora ainda sem a expressão econômica da Região C, citada anteriormente.

Região D: domínio das pequenas unidades, a maior parte delas dedicada a cultivos tipicamente comerciais, como fumo ou viticultura, ou ainda integradas à agroindústria avícola ou suinícola; importante região produtora de leite, onde também avança o processo de integração agroindustrial.

Esta regionalização realizada por Navarro também é observada nas entrevistas com outros agentes estaduais, principalmente quando solicitados quanto aos fatores que utilizam para a caracterização das regiões do Rio Grande do Sul. Se num primeiro momento apresentam uma divisão simplista entre a "metade sul" a e "metade norte", num segundo, passam a detalhar melhor as diferenciações existentes no interior destas regiões.

Observa-se nas entrevistas que a estrutura fundiária destas duas metades é um forte componente na caracterização regional do Rio Grande do Sul, ao lado dos aspectos históricos relacionados ao tipo de ocupação e colonização destas.

Um dos entrevistados entende a ocupação da metade sul como sendo de cunho "militar", pelas disputas de território entre o Brasil e Uruguai, onde se desenvolveram grandes propriedades (estâncias), produtoras de carne destinadas a outras regiões do Brasil (São Paulo e Minas Gerais), utilizando-se

de pastagens nativas e do trabalho escravo. Enquanto isto, a metade norte permanecia despovoada.

Com o desenvolvimento de uma política de povoamento do território – que também apresenta um componente estratégico-militar, segundo o entrevistado – através das imigrações europeias (no início do século passado com os alemães – 1.824, e posteriormente com os italianos – 1.875), a metade norte passa a ser ocupada, baseada no trabalho familiar e pequenos (colonização italiana) e médios (colonização alemã) estabelecimentos, em terras consideradas impróprias para a pecuária segundo os padrões daquela época, levando a uma maior densidade populacional e economias voltadas ao mercado interno. Os alemães ocupam as áreas mais planas e altas (São Leopoldo e Novo Hamburgo até Santa Cruz), enquanto os italianos as de relevo mais recortado nas serras (Caxias, Bento Gonçalves, etc.).

Na entrada do século XX, a metade sul continua se desenvolvendo enquanto o norte já apresentava limites dado pelo parcelamento de terras, fazendo com que parte dos membros das famílias de imigrantes se deslocassem para novas áreas ("ocupação para frente") em municípios localizados na região de Santa Rosa a Erechim e, posteriormente, para o oeste do Estado de Santa Catarina e Paraná. É na década de 60 que ocorre a ocupação do Planalto Gaúcho (Passo Fundo, Cruz Alta, Sarandi, etc.) e na de 70 a expansão do cultivo da soja segundo um moderno padrão tecnológico ("pacote").

Observa-se que esta regionalização coincide com a de Navarro que, além do senso comum, também adota aspectos históricos na conformação da mesma. Para ele, a metade sul foi constituída 200 anos antes do norte por razões políticas de Estado relacionadas a proteção das fronteiras. Já as colonizações alemãs e italianas eram "estruturantes" na comunidade, com formas de cooperação que permitiram a implantação de equipamentos voltados ao desenvolvimento da população em geral (escolas, por exemplo).

Um estudo de Alonso⁶, dentro de uma série de trabalhos sobre o tema "crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul" realizado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE, é um referencial para

⁶ ALONSO, J. A. F. et. alii. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre. FEE. 1994. 229 p.

a caracterização das regiões gaúchas, em especial da região sul. Na busca por uma partição do espaço que proporcione uma base adequada para a organização de informações estatísticas e daí o estudo de problemas regionais (de natureza econômica, social ou política), após várias tentativas – definição das Áreas Estatisticamente Comparáveis (AEC), elaboração de uma divisão regional auxiliar baseada em outros estudos já existentes e, combinação das duas anteriores – o autor opta por desenvolver uma nova divisão regional baseada em um critério de “homogeneidade histórica”, sem que fosse descartada a comparabilidade dos dados ao longo do tempo, argumentando que esse é o único critério capaz de servir de base para a definição de um conjunto de regiões que possa ser utilizado para análises de prazo muito longo. Com base neste critério o Rio Grande do Sul foi dividido em três grandes regiões: a norte, a nordeste e a sul (Mapa 7).

A primeira, predominantemente agrária, que compreende o Planalto, cujas características de sua estrutura econômica foram fortemente influenciadas pela migração de elementos oriundos das áreas coloniais mais antigas, predominando pequenas e médias propriedades. É região muito heterogênea, onde uma produção, inicialmente muito diversificada, tendeu a ceder espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Certas cidades dessa região conseguiram, com o passar do tempo, sediar algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, seja pelo processamento de produtos agrícolas locais, seja pela produção de insumos e implementos para a lavoura, conclui o autor.

A segunda, atualmente industrializada e com grandes concentrações urbanas, constituída pelo eixo Porto Alegre–Caxias do Sul e por algumas áreas em seu entorno. Nessa região – cujos traços históricos sofreram forte influência do processo de colonização, da qual herdou uma estrutura fundiária onde predominam as pequenas propriedades – começou a se constituir, a partir do início deste século, um parque industrial, que progressivamente suplantou a agricultura e assumiu um papel hegemônico na economia local.

Mapa 7

A terceira e última tem como traço histórico-econômico fundamental a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial e alvorecer do Império brasileiro, caracterizando a sociedade local até o presente, como a concentração da renda, centros urbanos esparsos, reduzida densidade populacional e o predomínio da pecuária.

Importa destacar que no interior das regiões anteriormente mencionadas deve-se levar em considerações algumas diferenciações, além daquelas já enumeradas, como na Região B (Campanha) onde se encontram cultivos de subsistência e de banana (litoral), cebola (município de Rio Grande) e cultivos voltados à indústria de conservas – mesmo que em franca decadência (município de Pelotas) – na Região E o franco desenvolvimento de atividades relacionadas ao reflorestamento e, na Região D, especialmente a vitivinicultura e atividades correlacionadas.

A Folha de S.Paulo (1999)⁷, apresenta uma reportagem sobre o Estado do Rio Grande do Sul e divulga as disparidades municipais nos índices de desenvolvimento humano, expondo as diferenças dos IDH municipais localizados nas partes norte e sul⁸ do Estado. O jornal, utilizando os IDHs municipais, mostra que o bom resultado do Estado, IDH = 0,869, ocorre devido aos índices obtidos pelos municípios localizados na parte norte, que puxam para cima o índice agregado, disfarçando as disparidades regionais. Enquanto os IDHs dos municípios da parte norte variam entre 0,793 (Canoas) a 0,834 (Feliz)⁹, os da parte sul variam entre 0,541 (Santana da Boa Vista) a 0,811 (Santa Maria)¹⁰. Na renda familiar per capita¹¹ este quadro de disparidades regionais entre os municípios da parte norte e da parte sul permanecem, sendo que no norte a renda per capita varia entre 1,25 (Santa Rosa) a 2,98 (Porto Alegre) e no sul varia entre 0,47 (Santana da Boa Vista) a 1,76 (Santa Rosa).

⁷ Artigos do jornal Folha de S. Paulo, de 25/07/1999, p. 1.10 e 1.11.

⁸ A Secretaria do Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul divide o Estado em duas porções territoriais, norte e sul, mantendo duas coordenadorias, para a Metade Sul e outra para a Metade Norte.

⁹ Neste intervalo pode-se destacar ainda os municípios de Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado, Ijuí, Nova Petrópolis, Santa Rosa, entre outros.

¹⁰ Neste intervalo pode-se destacar ainda os municípios de São José do Norte, Canguçu, Dom Feliciano, Piratini, Bagé, Cacequi, Pelotas, Rio Grande, entre outros.

¹¹ Renda familiar per capita é a soma dos ganhos de cada família divididos pelo número de seus membros.

Pelotas e Bagé são apontados como exemplo de estagnação econômica. A situação de Bagé decorre da crise da pecuária, com a queda do preço da lã a um quinto e o da carne pela metade, nas últimas décadas.

Em Pelotas, o movimento do porto¹² é o termômetro da letargia econômica do município, já que o movimento de carga caiu de 602 mil toneladas, em 1987, para 266 mil, no ano passado. O desemprego veio a reboque da crise, que fechou as fábricas de produtos tradicionais (doces e conservas) – em 1981, 40 empresas empregavam 4.300 trabalhadores permanentes e 17 mil safristas, produzindo 48 milhões de latas de pêssego e, em 1995, restavam 18 empresas, com 730 empregados fixos e 3.100 safristas. A maior empresa, a Agapê, que contratava até 3.000 trabalhadores, faliu em 1996.

O reflexo da crise na parte sul, apresentado pelo jornal, de forma global, se resume na participação da metade sul na produção industrial, que caiu de 49% em 1920 para 10% hoje, e a participação no PIB, que era de 38% em 1940, e hoje está em 17%.

A conseqüência mais drástica deste processo de estagnação econômica da metade sul é a crescente favelização das maiores cidades da região – Bagé, Pelotas e Rio Grande, com absorção dos migrantes das pequenas cidades, que se dirigem a estes centros a procura de emprego, saúde e educação. O movimento dos migrantes aumenta a pressão nos centros por equipamentos públicos de saúde, moradia e educação. A crise diminui a capacidade de investimentos dos municípios, e a conseqüência dessa realidade é a pobreza distribuída por igual, seja na cidade ou no campo.

As explicações para a estagnação da metade sul do Estado, que até a meados deste século foi a mais próspera região do Estado, residem num amplo leque de motivos: os juros altos, a abertura econômica, o Mercosul, a ancora verde do real (preços dos produtos agropecuários mantidos artificialmente baixos), a estrutura fundiária, atraso no processo de industrialização. Para o coordenador do gabinete da Metade Sul, da Secretaria de Planejamento do

¹² O porto de Pelotas embarcava arroz, carne, tecidos, conservas e outros produtos industrializados. Hoje, embarca basicamente o clínq (subproduto de cimento) e recebe arroz e aveia, geralmente em chatas, Folha de S. Paulo, 25/07/1999, p. 1.10.

Estado, Luiz H. Schu¹³, “as relações de fronteiras também desgastaram a região com a implantação do Mercosul”. Segundo o coordenador, ainda, “os prejuízos foram impostos a partir de acordos multilaterais com os países vizinhos, firmados pela ótica dos interesses das grandes indústrias e do setor financeiro localizados no centro do país”.

O Mercosul, processo de integração regional dos países do Cone Sul, que atualmente se estende também para o Chile e Bolívia, trouxe novos competidores no campo da produção agropecuária e no campo da produção agroindustrial. O Plano Real agravou a situação da produção agrícola e agroindustrial com a sobrevalorização cambial e com a elevação dos juros e, ainda, a especificidade local caracterizada pela pequena diversificação da produção agroindustrial e agropecuária; o baixo investimento em tecnologia, em marketing e em melhoria do processo produtivo industrial, teriam agravado a crise na metade sul.

A este quadro de desigualdades regionais somam-se o crescimento do desemprego e a ocorrência de bolsões de pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). De acordo com Bastos (1999)¹⁴, no mês de fevereiro de 1999 o contingente de desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi estimado em 288.000 indivíduos, que se encontravam-se 35% acima do observado em fevereiro de 1998, e que representou 75.000 indivíduos a mais na condição de desemprego. Essas evidências mostram que houve um agravamento considerável do desemprego na RMPA, que segundo o autor, foi estimada em 17% da PEA¹⁵, nos meses de janeiro e fevereiro de 1999, contra 14% em fevereiro de 1998.

Agropecuária

Apesar de todo esse esforço de mudança de perfil o Rio Grande do Sul ainda se destaca na sua vocação de “celeiro do país”. O setor agropecuário no ano de 1998 deu uma contribuição positiva para a economia gaúcha,

¹³ Folha de S. Paulo, 25/07/1999, p. 1.10, artigo “Queixas sobre a estagnação vão de estrutura fundiária a Mercosul”.

¹⁴ BASTOS, RLA – “O mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre no início de 1999. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 27, n.1, junho 1999 (p. 41-56).

¹⁵ A base de dados que o autor utiliza tem como fonte a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, PED-RMPA, elaborada pelo convênio FEE - FGTS/SINE, RS – SEADE, SP – DIEESE.

crescendo 5%, mas, este esforço setorial resultou num impacto menor que os outros setores, indústria e comércio, que tiveram crescimento negativo.

A produção agropecuária gaúcha é fortemente exportadora para outras regiões do país e para o exterior. O Estado comercializa fora de suas fronteiras os seguintes produtos: trigo e farinha de trigo; soja, óleo de soja e farelo de soja; fumo; carne de frango; carne suína; carne bovina; arroz; leite; vinho; etc.

A importância do setor agropecuário no Estado também decorre do conjunto de atividades (seis empresas do setor estão entre as 20 maiores do Rio Grande do Sul)¹⁶ a ele vinculadas e que constituem, à montante, as indústrias produtoras de insumos químicos (fertilizantes e defensivos), genéticos (sementes) e mecânicos (máquinas e implementos), e à jusante, as indústrias processadoras de produtos agrícolas e pecuários.

Tal situação decorre do intenso processo de modernização verificado no Rio Grande do Sul, a partir da década de 70, que instalou um patamar de produção agropecuária neste Estado, elevando esta unidade federativa à condição de um dos mais importantes produtores de alimentos e de matérias-primas do país.

A modernização também se estendeu para a produção familiar em larga escala, e esse processo massivo de modernização da produção familiar pode ser atribuído, em parte, a uma estrutura agroindustrial relativamente bem desenvolvida de empresas fornecedoras de insumos e processadoras dos produtos agropecuários, bem como, às cooperativas e às redes de agências estatais. As políticas públicas, por exemplo, de crédito e de preço mínimo, entre outras, dos anos 70 e 80, consolidaram as cooperativas como instrumento preferido das políticas de modernização do Estado, servindo de mediadora entre os capitais agroindustriais e a ampla base de produtores familiares. As tradições camponesas dos imigrantes também contribuíram para determinar a capacidade da produção familiar em responder as exigências postas pelos capitais agroindustriais.

A produção familiar gaúcha manteve nestes anos uma certa predominância em alguns processos de integração (fumo, vinho, leite, aves e porcos) e teve presença marcante no setor mais dinâmico, o complexo soja.

¹⁶ GAZETA MERCANTIL. *Balanço Anual*, RIO GRANDE DO SUL: 1998.

Nos anos 90, a realidade da agricultura ganhou novos contornos, muito diferentes do que a caracterizou até agora, principalmente pelas profundas mudanças estabelecidas no quadro macroeconômico nacional. O processo de abertura comercial, o de integração regional – Mercosul, o de estabilização econômica, o de desregulamentação do mercado, a incapacidade do Estado em articular políticas públicas de fomento e de assistência técnica, trazem um novo balizamento à dinâmica agropecuária gaúcha.

Neste novo contexto, no qual reside a preocupação com a competitividade da pequena propriedade familiar gaúcha, é certamente um dos problemas mais graves a ser enfrentado no atual e no futuro contexto da agropecuária gaúcha.

As pequenas propriedades familiares operam, segundo Lima (1997)¹⁷, com o seguinte quadro de produtos:

- 95% dos produtores de soja cultivam o grão em áreas inferiores a 50 ha, e respondem por metade da produção do Estado;
- 80% dos produtores de milho utilizam menos de 50 ha e 45% menos de 20 ha;
- a área média de lavouras de trigo é de 12 ha;
- a área média cultivada pelos fumicultores é inferior a 2 ha, sendo que 88% dos produtores possuem propriedade com menos de 25 ha;
- 77% dos suinocultores possuem até quatro matrizes (92% até nove) e quase 40% dos suínos são produzidos para uso caseiro;
- 80% dos produtores de leite entregam até 30 litros de leite/dia, sendo responsáveis por mais da metade do leite produzido no Estado;
- 70% das lavouras de arroz no Estado são cultivadas em áreas arrendadas; a estratificação mostra que 81% das lavouras (quase 8.000 produtores) são menores que 100 ha, respondendo por 30% da produção total. Por outro lado, apenas 2% das lavouras (cerca de 250 produtores) cultivam áreas superiores a 400 ha e produzem 27% do arroz gaúcho.

¹⁷ LIMA, A.G.C. “Algumas questões envolvendo a competitividade da produção agropecuária gaúcha: notas para a discussão”. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 25, n.3, 1997.

Nos últimos anos, em consequência da abertura econômica, do Mercosul, e da falta de política agrícola e investimento no setor, a lavoura do arroz vem sofrendo a concorrência do arroz produzido na Argentina e no Uruguai – neste último, uma boa parte da produção de arroz está sendo realizada por produtores brasileiros radicalizados neste país. A Gazeta Mercantil, em 04/08/99, mostra o contencioso mais recente dos produtores gaúchos com as importações via Mercosul de arroz argentino e uruguaio. Segundo o jornal, a Federação dos Arrozeiros do Rio Grande Do Sul (Federarroz) deliberou a obstrução da entrada de caminhões de arroz dos dois países pelas fronteiras gaúchas. A Federação acusa a Argentina de prática de *dumping*. A crise está relacionada ao aumento de área e à alta produtividade. A produção de arroz cresceu tanto no Rio Grande Do Sul, como no Centro-Oeste do país, e nos dois parceiros da Mercosul, gerando excedentes de mais de 2 milhões de toneladas¹⁸. Até a safra anterior, a produção nacional não supria a demanda do país e, portanto, a produção da Argentina e Uruguai supriam o déficit. No ano corrente, a colheita de 11,4 milhões de toneladas no Brasil por pouco não atende a totalidade de uma demanda nacional estimada em 11,7 milhões.

O cultivo da uva é uma atividade realizada em estabelecimentos agrícolas familiares, chamados de colônias, que estão integrados às agroindústrias vinícolas, sendo que estas atividades de produção primária e industrial localizam-se basicamente na Serra Gaúcha, onde o município de Bento Gonçalves é o maior pólo vinícola do país.

O vinho fino nacional tem conquistado prêmios no exterior. Conforme a Folha De S. Paulo em 02/02/99, p. 5.1, as vinícolas Aurora e Miolo, Vinhos Salton e Casa Valduga ganharam importantes prêmios na França, no Canadá, na Espanha, em Portugal, na Itália e na Argentina, entre outros. A produção brasileira de vinhos finos cresce e alcança 21% da safra nacional de 213 milhões de litros em 1998 (Gazeta Mercantil 19/2/99, p. B20).

Entretanto, o setor vinícola passa por dois tipos de problemas: o primeiro é que o ritmo das importações resistiu à desvalorização do real e o mercado de vinhos importados de boa cepa segue crescendo cerca de 20% ao ano (Gazeta

¹⁸ Como explica Renato Gastaud, diretor comercial da Josapar, a maior indústria brasileira do setor, na mesma matéria da GAZETA MERCANTIL 04/08/99, p. B20.

Mercantil 08/05/99, p. C6). O segundo está relacionado à modernização da produção que vem permitindo a redução do trabalho familiar nas propriedades, o que, por sua vez, tem significado numa crescente evasão dos filhos jovens em busca de empregos urbanos de melhor remuneração, ou em busca de formação educacional (Navarro, 1999).

Os novos contornos econômicos e políticos, em especial aqueles relacionados ao Mercosul, à abertura econômica e à incapacidade do Estado em manter mecanismo de estímulos e/ou sustentação da agropecuária (por exemplo, crédito, AGF, preço mínimo, etc), sobre a agropecuária gaúcha modificam seu o ambiente social e produtivo e materializam novos desafios e impasses aos produtores, e conseqüentemente, identificam uma nova etapa do desenvolvimento agrário e agrícola no Rio Grande do sul.

Para o conjunto de produtores do Estado, na parte norte caracterizada por pequenos e médios produtores agrícolas e de pequenos animais, e na parte sul por grandes produtores de arroz e de pecuária de corte extensiva, é um momento de profunda reflexão sobre o negativo papel desempenhado pelas *commodities* na geração de renda, e sobre as novas oportunidades de produção destinadas a promover a diversificação. É necessário que o produtor alcance uma renda que lhe permita permanecer no campo produzindo, especialmente os pequenos produtores familiares.

Especificamente a pecuária bovina de corte na parte sul, caracterizada pela exploração extensiva e de rentabilidade negativa no setor frigorífico, apresenta um quadro de grave estagnação. De acordo com estudo realizado pela Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG/RS,¹⁹ os frigoríficos menos rentáveis são aqueles de maior porte, que não conseguem se beneficiar das economias de escala devido ao sistema de competição estabelecido. Do lado dos produtores, a lotação de animais obtida no Rio Grande do Sul na exploração de pastagens nativas é inferior a de outras regiões que se utilizam de pastagens plantadas, com desfrute baixo e elevada idade de abate.

O estudo conclui que este é um sistema tipicamente extensivo, apresentando sérios problemas de sustentação econômica, indicando como

¹⁹ Agribusiness Gaúcho: Competitividade e proposta de ação integrada. Abag/RS e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, dezembro de 1995.

principais entraves do sistema agroindustrial da carne bovina do Rio Grande do Sul: o sistema de comercialização arcaico e ineficiente, a baixa rentabilidade por área nas propriedades rurais e nos frigoríficos, a forte sazonalidade de oferta, a grande quantidade de abates irregulares, a assimetria de informações, a baixa transparência do mercado de carne e a total descoordenação da cadeia produtiva.

Estes problemas colocam em “xeque” as propostas de soluções tópicas e mesmo as voltadas estritamente para o setor – como a desoneração de tributos ou o subsídio aos frigoríficos. Alguns dos agentes entrevistados consideram que as soluções devem passar por mudanças estruturais de forma a alterar o perfil regional. Neste sentido, a região já vive um momento em que diversos agentes, em diferentes campos, vêm se enfrentando notadamente na alteração do perfil fundiário da metade sul, como uma das primeiras medidas para a promoção de um novo padrão de desenvolvimento regional. Questões relacionadas ao meio ambiente (preservação de um ecossistema formado pelas pastagens nativas), aptidão agrícola das terras, infra-estrutura (precariedade da rede de transporte e da distribuição de equipamentos públicos), entre outras, são elementos que compõem os debates sobre os rumos desta região e, conseqüentemente, do setor da bovinocultura de corte.

Os efeitos sociais deste novo momento da agropecuária gaúcha variam distintamente nas diferentes regiões do Estado, de acordo com suas especificidades de produção, no entanto, de forma geral, há uma forte modificação demográfica no meio rural com a diminuição constante das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que vem repercutindo sobre a estrutura de ocupação rural no Rio Grande do Sul, conforme será analisado mais adiante.

Produção Agropecuária Gaúcha

O agropecuário gaúcho nas últimas décadas passou por profundas transformações que estabeleceram novos usos do solo, que promoveram mudanças na estrutura fundiária, alterando significativamente a organização do setor. Para caracterizar de forma geral a produção agropecuária gaúcha, nos limites do Censo Agropecuário de 1995/96, procura-se apontar alguns aspectos atuais do setor.

Condições Físicas

O Rio Grande do Sul, por estar localizado no extremo meridional do país, numa área de transição entre a zona tropical e a temperada, apresenta características singulares. O relevo é muito variado: ao norte existe um planalto que ocupa toda a região de derrames basálticos; mais ao sul sobressaem-se as serras em terrenos cristalinos muito erodidos; a oeste predomina um relevo de “cuestas” sucedido por planícies e, a leste, desponta a planície costeira onde se localizam diversas lagoas de grande importância, entre as quais a Lagoa dos Patos.

O clima é predominantemente subtropical, com grandes variações térmicas. A cobertura vegetal associa-se às condições do clima, sendo que, em área tropical predominam as florestas, enquanto na temperada destacam-se os campos, que por sua vez ocupam mais de 55% da área do território, cobrindo todo o centro-sul do Estado.

Atualmente, a cobertura vegetal do Rio Grande do Sul encontra-se bastante modificada pela ação do homem, principalmente em atividades agropecuárias tradicionais, como os cultivos de soja, arroz, milho, fumo, uva e de subsistência, entre outras, e as atividades de pecuária bovina, suína, ovina e de aves. Algumas áreas se especializaram na produção integrada com a agroindústria, como a de Caxias do Sul com a uva e a de Santa Cruz do Sul com o fumo. Em algumas áreas coloniais houve o desenvolvimento da pecuária leiteira, suína e a de aves, igualmente à anterior, em estreita ligação com a agroindústria, além dos cultivos tradicionais e de subsistência. Nas áreas de campo ocorreu o desenvolvimento da pecuária bovina de corte e ovina e nas últimas décadas a produção de arroz com alta tecnologia. Na metade norte do Estado se desenvolveu a soja, que posteriormente se expandiu para alguns municípios da metade sul do Estado.

Estrutura agrária

A distribuição dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul, em número e área, podem ser observados na Tabela.

Tabela 298
Participação dos Grupos de Área Total no Número e Área dos Estabelecimentos
Rio Grande do Sul

1995		
Grupos de área total (em ha)	Estabelecimentos %	Área %
Total	100	100
menos de 10 ha	35	3
10 a menos de 100 ha	57	30
100 a menos de 1000 ha	7	40
1000 a menos de 10000 ha	1	26
mais de 10000 ha	0	1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Os estratos de 10 ha a menos de 100 ha (estabelecimentos pequenos) responderam por 57% do número total de estabelecimentos e por 30% da área total, enquanto os estratos de 100 ha a menos de 1.000 ha responderam por 7% e 40%, respectivamente. Observa-se que nos estratos de menos de 10 ha a 100 ha encontraram-se 92% dos estabelecimentos que ocupavam 33% da área total, enquanto nos de 1.000 ha a mais de 10.000 ha o número de estabelecimentos correspondia a 1% do total, ocupando uma área correspondente a 27% da total.

Condição do responsável pela exploração

Na proporção dos grupos responsáveis pela exploração agropecuária, apontados na tabela abaixo, em 1995 verificou-se que os proprietários responderam por 81% dos estabelecimentos numa área correspondente a 74% do total.

Tabela 299

Participação da Condição do Responsável no Número e Área dos Estabelecimentos
Rio Grande do Sul
1995

Condição do responsável	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Total	100	100
Proprietário	81	74
Arrendatário	11	8
Ocupante	5	2
Administrador	3	16

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Os arrendatários controlavam 11% dos estabelecimentos e 8% da área, enquanto as unidades controladas pelos ocupantes representavam 5% e, em área, 2%. As unidades geridas por administradores representaram 3%, com uma participação na área de 16%.

É interessante observar o peso dos proprietários na proporção com os outros grupos de responsáveis pelos estabelecimentos. Em 1995, os

proprietários geriram 81% das unidades com 74% da sua participação na área total dos estabelecimentos.

Uso da terra

A área total em 31/12/95 abrangeu 77% da área territorial do Estado (28,2 milhões de ha), com uma área aberta de 8,3 milhões de ha, sendo que a área em lavouras correspondeu a 5,63 milhões de ha. A proporção de área aberta dos estabelecimentos foi de 38%. Entretanto, como as pecuárias bovina e ovina são expressivas no setor agropecuário gaúcho, esta baixa proporção de área aberta é porque a pecuária local emprega grandes proporções de pastagens naturais, que só no ano de 1995 totalizou 10,5 milhões de ha, ou seja, quase a metade da área total dos estabelecimentos.

Tabela 300
Utilização das Terras
Rio Grande do Sul
1995

		Em hectares
Utilização das Terras		Área
Área total		21.800.887
Aberta		8.284.122
Lavouras		5.635.362
Pastagens plantadas		1.156.762
Matas plantadas		630.138
Em descanso		641.780
Produtiva não usada		220.080
Pastagens nativas		10.523.566
Matas naturais		1.881.493
Terras inaproveitáveis		1.111.706

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Terras com lavouras

Na área de lavouras da tabela abaixo, verificou-se, em 1995, o predomínio das temporárias como o arroz (especialmente o irrigado), a soja e o trigo e, dentre as permanentes a da uva para vinho.

Tabela 301
Produção, Área Colhida e Rendimento, segundo as Principais Lavouras
Rio Grande do Sul
Ano-safra 1995/96

Lavouras	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Rendimento (kg/ha)
Arroz	4.645.427	912.910	5.089
Cana-de-Açúcar	1.237.279	63.695	19.425
Feijão	104.817	193.087	543
Fumo	196.904	127.554	1.544
Mandioca	822.874	102.199	8.052

Milho	2.885.333	1.334.614	2.162
Soja	4.253.171	2.403.615	1.769
Trigo	457.934	333.112	1.375
Erva-Mate	80.910	16.542	4.891
Laranja	1.148.878	21.354	53.802
Pêssego	531.438	11.866	44.787
Uva	349.713	31.383	11.143

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

As áreas de lavouras em boa medida retratam as mudanças recentes na economia e na política agrícola nacional, como por exemplo a política de juros, a abertura econômica e o abandono das políticas de suporte ao setor agrícola, que reduziram bastante a capacidade de competitividade de algumas lavouras gaúchas, e assim a agricultura foi levada a concentrar parcelas significativas de suas áreas aptas em cultivos que ofereciam mais vantagens comparativas, no caso o arroz, e também nos segmentos modernos da soja e do milho, bem como de outras lavouras menores (em área de cultivo) como o vinho. A soja, mais recentemente, devido ao aumento conjuntural de seu preço em 1997, volta a ter uma expansão de sua área de cultivo neste final de década, enquanto o arroz, neste mesmo período enfrenta a concorrência do arroz argentino e uruguaio no mercado nacional.

Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas

Dados da PNAD²⁰

O crescimento da PEA total ocupada no total do Estado (0,4%) e na região metropolitana (1,3%), além da estabilidade na região não-metropolitana (0,0%), foi decorrência do desempenho positivo da PEA com residência urbana e ocupada nas atividades não-agrícolas. Pois, a PEA ocupada em atividades agrícolas caiu significativamente, independentemente da região e da situação do domicílio.

Já a PEA total com domicílio rural só teve bom desempenho na região metropolitana, mesmo assim devido ao crescimento de 4,3% das ocupações nas atividades não-agrícolas. Tanto para o total do Estado como no interior (região não metropolitana), a PEA rural caiu a taxas de 2,4% ao ano e 1,9% ao ano, respectivamente, no período 1992-97. A situação só não foi pior devido ao

²⁰ Esta parte do relatório está baseada no trabalho Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997, de Sergio Schneider e Zander Navarro, no âmbito do Projeto Rurbano.

forte crescimento das pessoas com domicílio rural ocupadas nas atividades não-agrícolas.

Tabela 302

População Ocupada(1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade
Rio Grande do Sul
1992-97

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1992/97 (% a.a.)	
Total	4.527	4.503	4.575	4.562	4.622	0,4	***
Urbano	3.265	3.301	3.407	3.385	3.483	1,2	***
Agrícola	184	180	182	139	157	-4,2	*
Não Agrícola	3.081	3.121	3.225	3.246	3.325	1,5	***
Rural	1.261	1.202	1.168	1.178	1.139	-2,4	
Agrícola	964	916	882	872	815	-2,8	***
Não Agrícola	297	286	286	305	324	1,7	
Metropolitano	1.386	1.385	1.458	1.447	1.474	1,3	***
Urbano	1.324	1.321	1.393	1.380	1.403	1,3	***
Agrícola	14	13	11	10	13	-3,6	
Não Agrícola	1.310	1.308	1.381	1.371	1.390	1,3	***
Rural	62	64	65	66	70	2,3	***
Agrícola	23	26	26	24	21	-1,4	
Não Agrícola	39	38	39	42	49	4,3	**
Não Metropolitano	3.141	3.118	3.117	3.116	3.148	0,0	
Urbano	1.941	1.980	2.014	2.004	2.079	1,1	***
Agrícola	170	167	171	130	144	-4,3	*
Não Agrícola	1.771	1.813	1.844	1.875	1.935	1,6	***
Rural	1.199	1.138	1.103	1.111	1.069	-1,9	***
Agrícola	941	890	856	848	794	-2,9	***
Não Agrícola	258	248	247	263	275	1,3	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Julho/1999.

(1) PEA restrita.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Pode-se associar a queda das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas aos impactos da intensa modernização tecnológica que vem ocorrendo desde a década de 70, atingindo quase todas as regiões rurais do Estado do Rio Grande do Sul. Embora este processo tenha diminuído sua intensidade nos anos 80, com o esgotamento dos mecanismos financeiros que lhe deram origem, nos anos mais recentes concentrou-se em algumas áreas e atividades produtivas. O processo de modernização implicou intensa redução de postos de trabalho nas propriedades maiores antes dedicadas à triticultura, principalmente. O mesmo aconteceu posteriormente na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio. Nesta região, o *boom* da soja deslocou rapidamente os pequenos produtores rurais, não apenas pela lenta

constituição de uma nova racionalidade na gestão da propriedade mas, igualmente, pela expansão da mecanização, eliminando postos de trabalho antes existentes.²¹ Para a crescente “população sobrando” que perdeu suas formas de ocupação em função da expansão da soja, o retorno aos domicílios de origem, normalmente o Alto Uruguai (região fronteira com Santa Catarina) não era mais possível, pela pressão demográfica existente nesta última região, pela estrutura fundiária marcada pela predominância de pequenos estabelecimentos e, em especial, pela inexistência de “terras livres” ou de custo mais baixo a serem ocupadas.

Nos anos 90, outros fatores, particularmente os efeitos da abertura comercial, causaram impacto a alguns setores produtivos da economia agrícola do Estado. Em especial, devem ser salientados dois setores que mais contribuíram para a redução das oportunidades de ocupação agrícola no meio rural gaúcho. A orizicultura, que experimentou anos problemáticos, situações de endividamento ainda não resolvidas, descapitalização devida à queda dos preços das terras e do arroz, concorrência com produtos importados, entre outros aspectos – em muitos casos, levando à redução da área plantada e de postos de trabalho. O segundo setor produtivo que, provavelmente, tenha sido mais afetado pela abertura comercial e o acordo do Mercosul, foi o de produção de leite. Neste caso, realizada por milhares de pequenos produtores, com baixíssima produtividade e inteiramente despreparados para concorrer com os produtos de origem externa.

Essas transformações na economia gaúcha, e no meio rural em particular, tornam-se ainda mais evidentes quando se compara a população rural economicamente ativa, entre seus ramos de atividades agrícola e não-agrícola. Registra-se, novamente, a queda mais do que proporcional dos ocupados em atividades agrícolas, inclusive com uma taxa de redução anual

²¹ O domínio da soja no Estado, a partir dos anos 70, e seus impactos em todas as esferas da vida rural gaúcha, não podem ser menosprezados, com o cultivo passando, aos poucos, não apenas a orientar as decisões produtivas mas, igualmente, por seu papel na constituição dos complexos agroindustriais que lhe seguiram e, também, no processo de mercantilização da vida social em muitas regiões. A substituição dos espaços de produção, com a profunda modificação na área plantada, é também notável, bastando lembrar que no final da década de 60, a soja apresentava diminuta participação nas estatísticas de produção agrícola no Estado mas, em 1980, já ocupava 47% da área plantada. Enquanto isto, lavouras como o milho, feijão e mandioca, que antes ocupavam, respectivamente, 42,5%, 6,3% e 6,7%, passaram a ocupar, em 1980, apenas 21,2%, 2,2% e 2,1%, respectivamente.

que se acelera na década de 90.

Neste sentido, os dados corroboram a constatação de que o espaço rural vem se tornando crescentemente alvo de duas dinâmicas econômicas distintas no que se refere às formas de ocupação, sendo uma relativa à queda do emprego agrícola e a outra ao aumento das pessoas envolvidas em atividades não-agrícolas. O papel dessas atividades não-agrícolas, como salientado anteriormente, tem sido muito importante para atenuar a queda relativa da população rural economicamente ativa.

Os dados apontam algumas das mudanças materializadas no “mundo rural” gaúcho indicando a lenta formação de postos de trabalho e variadas formas de ocupação que não são estritamente agrícolas, mas situadas em ambientes definidos como rurais.

A análise acerca do emprego rural, em suas componentes agrícola e não-agrícola, está revelando caminhos novos para o desenvolvimento rural e para políticas destinadas a revigorar os ambientes agrários do Estado. Ou seja, a verificação de mudanças em comunidades rurais, que passam a apresentar dinâmicas econômicas locais, onde oportunidades de ocupação não-agrícola, gradualmente, constroem uma rede de relações econômicas e comerciais que potencializam oportunidades ampliadas de empreendimentos e iniciativas para os moradores e produtores da região, não dependendo exclusivamente da produção agrícola e dos problemas de mercado para a venda de produtos de origem agropecuária (com preços cadentes na presente década).

Em relação aos principais ramos das atividades não-agrícolas da PEA rural, deve-se destacar que nos anos 90 a parcela ocupada no ramo da indústria de transformação teve pequena queda, mas manteve-se com uma participação ao redor de 28% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, constituindo-se no principal ramo empregador. Este ramo é composto pelas pequenas unidades semi-industriais processadoras de produtos agropecuários, além das agroindústrias avícolas e suínolas e também os laticínios de pequeno porte.

Em áreas rurais, o mercado de trabalho não-agrícola, principalmente o relacionado aos empregos gerados pelo setor coureiro-calçadista, também foi responsável pela absorção de um significativo contingente da força de trabalho

que residia no meio rural. No entanto, a partir do ano de 1994, em face dos efeitos da política econômica nacional e o acirramento da competição externa, este setor industrial reduziu seu desempenho resultando, como efeito imediato, no fechamento de inúmeras empresas. Este fato vai ser refletido nos dados relativos aos setores e profissões da PEA rural, nos quais é mais visível a crise das indústrias de couro e de calçados.

Destaca-se, igualmente, o ramo da prestação de serviços, que cresceu a uma taxa de 3% ao ano entre 1992 e 1997, o que indica a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Em 1997, o ramo de prestação de serviços empregou 26% da PEA rural não-agrícola e, juntamente com o ramo da indústria de transformação, representaram quase 55% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas.

Os outros ramos de atividade com participação mais expressiva na ocupação da PEA rural nos anos 90 foram os da indústria da construção civil, comércio de mercadorias e serviços sociais, com participações de 10,5%, 10,2% e 10,2%, respectivamente. Destaque-se que a grande ocupação da PEA rural em atividades não-agrícolas está fora da região metropolitana.

Vale lembrar que nos anos 90, os principais destaques, em termos de crescimento relativo, foram os serviços auxiliares de atividades econômicas (que cresceu 19,1% a.a.) e o ramo dos transportes e da comunicação (7,4%), invertendo a tendência negativa verificada na década anterior. Este desempenho indica que, atualmente, as atividades econômicas que mais crescem no espaço rural gaúcho são aquelas associadas ao setor de serviços, quer sejam pessoais ou outro tipo (auxiliares na produção).

Tabela 303

População Residente em Áreas Rurais Ocupada(1) em Atividades Não Agrícolas, segundo
Ramos de Atividade
Rio Grande do Sul
1992-97

Em mil pessoas						
Ramos de Atividades	1992	1993	1995	1996	1997	1992/97 (% a.a.)
Total	297	286	286	305	324	1,7
Indústria de Transformação	86	98	76	81	90	-1,3
Indústria da Construção	22	20	19	21	34	6,2
Outras Atividades Industriais	16	8	13	13	10	-1,3
Comércio de Mercadorias	31	32	33	42	33	3,2
Prestação de Serviços	78	68	79	85	83	3,0 *
Serviços Auxiliares	3	4	9	5	8	19,1 **
Transporte ou Comunicação	9	11	12	15	11	7,4 *
Serviços Sociais	33	27	25	20	33	-2,9
Administração Pública	16	15	12	19	17	2,1
Outras Atividades	4	3	7	4	3	3,1
Metropolitano	39	38	39	42	49	4,3 **
Indústria de Transformação	11	11	9	10	9	-3,6 *
Indústria da Construção	4	3	4	2	4	-0,7
Outras Atividades Industriais	2	-	-	1	1	...
Comércio de Mercadorias	4	4	4	6	5	6,9
Prestação de Serviços	11	12	11	11	15	2,9
Serviços Auxiliares	-	-	-	1	2	...
Transporte ou Comunicação	-	-	1	3	3	...
Serviços Sociais	4	3	3	4	5	6,4 *
Administração Pública	1	2	3	3	3	16,3 ***
Outras Atividades	-	1	3	-	2	...
Não Metropolitano	258	248	247	263	275	1,3
Indústria de Transformação	75	87	67	71	81	-1,0
Indústria da Construção	18	18	15	19	30	7,4
Outras Atividades Industriais	14	7	13	12	9	-1,6
Comércio de Mercadorias	27	28	29	36	29	2,7
Prestação de Serviços	66	56	68	74	68	3,0
Serviços Auxiliares	-	4	8	4	7	...
Transporte ou Comunicação	8	10	10	12	8	2,3
Serviços Sociais	30	23	22	16	28	-4,3
Administração Pública	15	13	9	17	14	0,0
Outras Atividades	3	-	5	-	-	...

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Julho/1999.

(1) PEA restrita.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

"-" indica menos de seis observações na amostra.

Quanto aos setores de atividade da PEA rural não-agrícola, o emprego doméstico e a construção são os que ocupam a maior parte das pessoas, situação que se mantém inalterada até 1997. Também merecem destaque os setores da indústria de calçados, que apesar da crise ainda empregava 29 mil pessoas em 1997, de estabelecimentos de ensino público, da indústria de alimentos e do comércio de alimentos. Salienta-se que a indústria de alimentos teve um altíssimo crescimento nos anos 90 (12,2% ao ano), comportamento que foi muito distinto do registrado para o setor da indústria de transformação

em geral que registrou queda de 10,5% na ocupação da PEA rural.

O desempenho favorável verificado na indústria de alimentos entre 1992 e 1997 reflete um fenômeno que vem se generalizando no meio rural, que é o da agregação de valor ao produto agrícola *in natura*. Muitas vezes, estas atividades ocorrem na própria propriedade ou em pequenas unidades comerciais localizadas nas proximidades, onde os agricultores adquirem o produto agrícola e o acondicionam em embalagens antes da distribuição a outros agentes comerciais. No Rio Grande do Sul, alguns produtos como o morango, o kiwi, a uva e a banana tiveram incrementos significativos nos anos recentes e são exemplos deste processo de incremento de atividades não-agrícolas no meio rural, cujas ocupações geradas são captadas no universo dos setores da indústria e do comércio de alimentos.

Pode-se destacar, também, o crescimento dos setores de assistência técnica em veículos (15,8% ao ano), restaurantes (12,4%), fábrica de móveis (3,9%) e administração municipal (3,0%). Os setores de restaurantes e fábrica de móveis podem estar relacionados com as atividades de turismo em regiões importantes do Rio Grande do Sul, como é o caso das Serras Gaúchas. Quanto à administração municipal, seu crescimento, que vem desde o final da década de 80, provavelmente se refere ao grande número de municípios novos²².

²² Em 1987, foram criados 29 novos municípios; em 1988, 60 novas municipalidades surgiram e, em 1992, foram 94, totalizando 183 novos municípios em apenas cinco anos.

Tabela 304

População Residente em Áreas Rurais Ocupada(1) em Atividades Não Agrícolas, segundo Setores de Atividade
Rio Grande do Sul
1992-1997

Em mil pessoas						
Setor Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1992/97 (% a.a.)
Total	297	286	286	305	324	1,7
Emprego Doméstico	45	46	47	51	47	1,4
Construção	22	20	19	21	34	6,2
Indústria de Calçados	32	39	24	27	29	-5,2
Estab. Ensino Público	27	19	18	14	20	-6,9
Indústria Alimentos	8	10	11	13	15	12,2 ***
Comércio Alimentos	10	13	16	23	13	9,7
Restaurantes	6	3	4	4	9	12,4
Assist. Técnica Veículos	4	6	8	6	9	15,8 **
Administração Municipal	8	7	8	10	8	3,0
Indústria Transformação	10	17	10	8	7	-10,5 *
Pedras	6	-	7	7	7	...
Alfaiataria	9	7	11	14	6	2,0
Fábrica Móveis	4	3	4	3	6	3,9
Indústria Metais	-	3	3	3	6	...
Subtotal	190	193	189	209	220	2,7 **
Metropolitano	39	38	39	42	49	4,3 **
Emprego Doméstico	8	9	8	7	9	-0,7
Construção	4	3	4	2	4	-0,7
Indústria de Calçados	6	6	4	5	3	-10,9 **
Assist. Técnica Veículos	-	-	-	-	2	...
Administração Municipal	1	1	2	1	2	5,0 *
Biscates	-	1	2	-	1	...
Transporte Público	-	-	-	2	1	...
Indústria Metais	-	-	-	1	1	...
Transporte de Carga	-	-	-	-	1	...
Restaurantes	-	-	-	-	1	...
Estab. Ensino Público	2	1	-	2	1	...
Subtotal	22	22	19	21	28	2,6
Não Metropolitano	258	248	247	263	275	1,3
Emprego Doméstico	37	37	39	44	38	1,9
Construção	18	18	15	19	30	7,4
Indústria de Calçados	26	32	20	22	26	-4,2
Estab. Ensino Público	25	18	17	12	19	-6,8
Indústria Alimentos	7	10	10	12	14	12,2 ***
Comércio Alimentos	9	12	14	20	12	10,1
Restaurantes	4	-	4	3	8	...
Assist. Técnica Veículos	3	6	8	6	7	12,0 *
Indústria Transformação	8	16	10	8	6	-10,5
Administração Municipal	7	6	6	9	6	2,4
Alfaiataria	8	7	10	13	6	0,6
Pedras	5	-	6	6	6	...
Fábrica Móveis	4	-	3	-	6	...
Indústria Metais	-	-	-	-	5	...
Subtotal	163	161	163	178	192	3,2 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Julho/1999.

(1) PEA restrita.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

"-" indica menos de seis observações na amostra.

Um traço geral comum para os setores de atividade da PEA rural não-

agrícola é o fato de serem atividades exercidas por pessoas de baixa qualificação profissional. Esta verificação leva à hipótese de que a expansão das atividades rurais não-agrícolas no meio rural está ligada a um processo mais amplo de transformação estrutural da economia e da sociedade. A disseminação de serviços e pequenas atividades de agregação de valor indicam que está em curso um processo de diversificação produtiva no espaço rural e que a agricultura, embora continue a ter um papel importante, já não se constitui na única forma de trabalho e fonte de renda dos indivíduos que ali habitam. E que os trabalhos criados são, muitas vezes, precários e de baixa remuneração. No entanto, são as ocupações que, bem ou mal, estão garantindo o trabalho e a renda de muitas pessoas.

As principais ocupações (profissões) não-agrícolas da população rural também são exercidas pelos indivíduos de baixa qualificação profissional, como é o caso dos serviços domésticos, dos balconistas, dos ajudantes e dos serventes, entre outros. Contudo, este fato revela que as pessoas residentes no meio rural estão necessitando de novas habilidades profissionais e alterando as formas usuais de ocupação, para além da agricultura.

No Rio Grande do Sul, as principais ocupações da PEA rural, em 1997, foram as de serviços domésticos, ajudante na indústria de calçados, pedreiro, ajudantes diversos, balconistas/atendentes, motoristas e professores. No entanto, é preciso ressaltar a grande diversidade de profissões não-agrícolas que a PNAD revelou para a PEA rural gaúcha. Muitas dessas ocupações podem estar ligadas à agricultura, na condição de atividades de prestação de serviços para os agricultores, como é o caso do transporte de mercadorias agrícolas.

Como último destaque, vale reforçar a queda dos ajudantes na indústria de calçados no período 1992-97 (-8,2%), que ao lado da redução dos forneiros em olaria (-16,2%), foram as profissões cujos resultados estatísticos apresentaram os maiores níveis de significância no total do Estado. Sobre a redução do nível de emprego dos ajudantes na indústria de calçados, deve-se dizer que foi reflexo direto do fechamento de indústrias no Rio Grande do Sul e transferência destas para o Nordeste, principalmente para o Estado do Ceará (Grendene, Dakota, por exemplo), atraídas por incentivos fiscais. No entanto, apesar da

queda significativa, a profissão de ajudante na indústria de calçados é a segunda mais importante em termos de ocupação da PEA rural gaúcha.

Tabela 305

População Residente em Áreas Rurais Ocupada(1) em Atividades Não Agrícolas, segundo a Ocupação Principal
Rio Grande do Sul
1992-1997

Ocupação Principal	Em mil pessoas					1992/97 (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	
Total	297	286	286	305	324	1,7
Serviços Domésticos	34	33	33	41	31	0,8
Ajudante Ind. Calçados	30	38	22	21	24	-8,2 *
Pedreiro	11	14	9	14	15	4,2
Ajudante Diversos	10	14	13	11	13	2,2
Balconistas/Atendentes	13	10	11	14	12	1,9
Diarista Doméstica	8	8	9	6	11	0,5
Motorista	9	10	14	15	10	7,1
Profes. Prim. Grau Inicial	17	6	8	4	10	-10,4
Serviços Conta Própria	6	8	7	14	9	11,1
Servente/Faxineiro	6	7	5	5	8	-0,9
Ajudante Pedreiro	7	5	4	5	7	-0,6
Ajudante Mec. Veículos	3	3	-	6	6	
Diversos	10	7	4	5	6	-9,7
Empregador - Comércio	-	2	2	2	6	
Profes. Primeiro Grau	-	4	4	-	5	
Costureiro/Alfaiate	7	3	6	11	5	4,6
Praça Militar	6	-	-	5	5	...
Guarda/Vigia	3	2	2	3	5	6,4
Ajudante Administrativo	3	3	9	-	4	...
Extração Pedras	4	-	4	5	4	...
Empregador - Construtor	-	-	-	-	4	...
Acondicionador	-	5	-	-	4	...
Carpinteiro	3	-	-	4	4	...
Forneiro em Olaria	9	10	6	7	4	-16,2 ***
Empregador - Indústria	-	-	4	-	4	...
Atend. Infantil (Não Dom.)	-	-	-	-	3	...
Trabalhador Rural	-	-	3	-	3	...
Concretista/Draguista	-	-	-	-	3	...
Marceneiro	-	-	-	-	3	...
Ajudante Pintor	3	-	-	-	3	...
Sub-Total	201	195	178	197	234	2,0
Metropolitano	39	38	39	42	49	4,3 **
Serviços Domésticos	6	7	5	6	5	-3,7
Diarista Doméstica	-	-	2	1	3	...
Servente Faxineiro	-	-	1	-	3	...
Ajudante Ind. Calçados	6	6	3	4	2	-15,9 ***
Pedreiro	2	2	2	2	2	-0,4
Motorista	-	2	1	1	2	...
Ajudante Diversos	1	2	3	-	2	...
Ajudante Mec. Veículos	-	-	-	-	2	...
Serviços Conta Própria	-	-	-	1	2	...
Balconistas/Atendentes	1	1	1	1	1	-1,1
Guarda/Vigia	2	-	-	1	1	...
Praça Militar	-	-	-	-	1	...
Forneiro em Olaria	1	-	-	-	-	...
Sub-Total	19	19	18	18	26	3,7

(continua)

Em mil pessoas

Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1992/97 (% a.a.)
Não -Metropolitano						
Serviços Domésticos	28	26	29	35	26	1,7
Ajudante Ind. Calçados	24	32	19	17	22	-6,9
Pedreiro	8	12	7	13	12	5,2
Ajudante Diversos	8	12	10	10	11	2,6
Balconistas/Atendentes	11	9	9	12	11	2,2
Profes. Prim. Grau Inicial	16	6	8	3	10	-9,9
Motorista	9	8	13	14	8	4,8
Diarista Doméstica	7	7	7	4	8	-3,8
Serviços Conta Própria	5	8	6	12	8	9,9
Ajudante Pedreiro	6	5	-	4	7	...
Diversos	9	6	3	5	5	-11,5 *
Servente Faxineiro	6	7	3	5	5	-5,7
Profes. Primeiro Grau	-	4	4	-	5	...
Empregador - Comércio	-	-	-	-	5	...
Costureiro Alfaiate	7	3	5	10	5	3,3
Ajudante Mec. Veículos	-	3	-	6	5	...
Extração Pedras	4	-	3	5	4	...
Ajudante Administrativo	-	3	9	-	4	...
Empregador - Indústria	-	-	-	-	3	...
Carpinteiro	3	-	-	3	3	...
Praça Militar	6	-	-	4	3	...
Empregador - Construtor	-	-	-	-	3	...
Trabalhador Rural	-	-	-	-	3	...
Concretista/Draguista	-	-	-	-	3	...
Guarda/Vigia	-	-	-	-	3	...
Marceneiro	-	-	-	-	3	...
Acondicionador	-	5	-	-	3	...
Sapateiro	-	-	-	6	-	...
Forneiro em Olaria	8	10	6	6	-	...
Sub-Total	165	167	141	173	192	2,1

(conclusão)

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Julho/1999.

(1) PEA restrita.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

"-" indica menos de seis observações na amostra.

Demanda da Força de Trabalho na Agropecuária – Sensor Rural

As estimativas da Fundação Seade indicam que as principais culturas demandadoras da força de trabalho agrícola são o fumo, o milho, a soja, a uva e o arroz. Juntas, essas cinco culturas responderam por cerca de 79% da demanda total nos anos de 1997 e 1998.

Comparando-se os anos de 1997 e 1998 pode-se perceber que houve um incremento de pouca expressão, 1,2 %, de área de lavoura. Apesar de 21 produtos apresentarem uma tendência de estagnação (oito) e retração (13) – e onde neste caso se percebe a diminuição da área do milho de 9,1% – eles não influenciaram no resultado final. As culturas que impuseram um ritmo de

crescimento da área total foram, principalmente, os cultivos de arroz e soja, cultivos que no Estado, junto com o fumo, estão entre os que mais absorvem mão-de-obra. Os outros cultivos, de expressão menor em área, que tiveram também incremento de área foram o fumo, a cevada, o centeio e a aveia.

A soja volta a ter uma expansão de sua área de cultivo entre 1997 e 1998, devido ao aumento conjuntural de seu preço em 1997, e também pela queda do preço do milho que vem se manifestando já alguns anos. Portanto, na propriedade ocorreu um acréscimo do plantio da soja em detrimento da retração da área de cultivo de milho. Com relação ao arroz, neste mesmo período, o aumento de área de cultivo está relacionado às expectativas de preço, mas é importante destacar que também se intensifica a concorrência do arroz argentino e uruguaio no mercado nacional.

A soja é responsável por cerca de 15% do total das exportações do Estado; e as regiões produtoras de arroz respondem por algo em torno de 46% da produção orizícola brasileira. Os estabelecimentos agrícolas familiares, chamados de colonos,²³ respondem pelas lavouras de uva, fumo e de cultivos de subsistência. Também resulta da produção familiar a produção de soja e de feijão, de pêssigo, e de produtos de conserva (uma atividade presente em quase todas as unidades de produção familiar) . Em anos recentes, tem-se registrado o surgimento de novas atividades da produção familiar gaúcha como a acicultura e o cultivo de maçã, cítricos, morangos e melancia.

²³ São colonos os agricultores de origem européia que ocuparam tais regiões em levadas migratórias sucessivas, entre a segunda década do século passado e os primeiros anos do atual (no RIO GRANDE DO SUL), estendendo-se até os anos 50, já no sudoeste do Paraná, quando as terras livres se teriam esgotado, no sul do país (Navarro, 1999).

Tabela 306

Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada das Principais Culturas
Rio Grande do Sul
1997-98

Principais Culturas	EHA		Variação (%)	Área(1000ha)		Variação (%)
	1997(1)	1998(1)		1997(1)	1998(1)	
Abacaxi	85	87	2,1	0,3	0,3	0,0
Alho	5.714	5.246	-8,2	4,0	3,7	-8,3
Amendoim	485	484	-0,2	5,1	5,1	-0,2
Arroz	23.301	24.269	4,2	800,9	833,0	4,0
Aveia	289	367	27,1	48,5	61,7	27,2
Banana	1.718	1.717	-0,1	10,2	10,2	-0,1
Batata	9.313	8.542	-8,3	50,0	46,0	-8,2
Cana-de-Açúcar(2)	4.399	5.676	29,0	33,6	35,1	4,4
Cebola	5.202	4.759	-8,5	17,9	16,4	-8,5
Centeio	46	55	19,1	6,4	7,6	19,1
Cevada	924	1.160	25,5	88,4	111,0	25,5
Feijão	14.235	13.409	-5,8	192,5	181,5	-5,7
Fumo	97.607	100.855	3,3	148,7	153,6	3,3
Laranja	2.174	2.159	-0,7	27,8	27,6	-0,6
Maçã	5.975	6.070	1,6	10,0	10,6	5,6
Mandioca	9.554	9.511	-0,5	94,0	93,6	-0,4
Milho	64.171	58.301	-9,1	1.654,0	1.503,0	-9,1
Soja	32.042	35.082	9,5	2.889,3	3.163,4	9,5
Sorgo	206	180	-12,8	31,4	27,4	-12,8
Tomate Rasteiro	439	427	-2,6	2,7	2,6	-2,6
Trigo	4.280	3.442	-19,6	478,2	384,6	-19,6
Uva	20.654	20.175	-2,3	34,4	33,6	-2,3
Total Culturas	302.813	301.973	-0,3	6.629	6.712	1,3
Grãos(3)	135.699	133.307	-1,8	5.717	5.894	3,1

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Estimativa final.

(2) Foram agregados 5,6 mil hectares em 1997 e 5,9 mil hectares em 1998 de cana planta de ano e ano meio, que demandaram 1.012 EHA e 1.084 EHA, respectivamente

(5) Inclui amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja, sorgo e trigo.

A bovinocultura de leite é a principal atividade, no campo da pecuária, em termos de absorção de mão-de-obra, em 1998 (86.029 EHA), mas em relação a 1997 registrou uma queda em EHA de 3%, e em rebanho de 3,1%. A pecuária de corte, predominantemente extensiva, ocupa o segundo lugar (EHA = 24.048), mas teve uma tendência contrária à pecuária leiteira, de crescimento no mesmo período de 1,1% em EHA, e no rebanho de 1,1%. A suinocultura e a avicultura de postura também neste período apresentaram uma tendência de crescimento em EHA, de 3,0% e 8,6%, respectivamente, e no número de cabeças 3,0% e 11,2%, respectivamente. Na avicultura não ocorreu alteração em EHA e em número de cabeças.

Muitos produtores familiares optaram também pela criação de aves e porcos integrados às grandes agroindústrias. Já a pecuária corte usa pouca tecnologia, gado misto em regime extensivo, e a de leite congrega um quarto

dos produtores familiares e avança o processo de integração agroindustrial. A pecuária de corte se concentra na metade sul do Estado, em grandes propriedades. Na campanha contra a aftosa o Estado foi vitorioso, e encontra-se livre desta mancha.

Tabela 307
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária
Rio Grande do Sul
1997-98

Pecuária	EHA		Variação (%)	Área/Produção/Rebanho		Variação (%)
	1997	1998		1997	1998	
Reforma de Pastagem(1)	5.169	5.169	0,0	102	102	0,0
Bovinocultura de Corte(2)	21.169	21.119	-0,2	119.065	118.969	-0,1
Bovinocultura de Leite(3)	88.690	97.559	10,0	2.263	2.489	10,0
Suinocultura(2)	11.661	12.011	3,0	4.198	4.324	3,0
Avicultura de Corte(2)	1.581	1.579	-0,1	474.321	473.704	-0,1
Avicultura de Postura(2)	924	995	7,7	3.563	3.836	7,7
Total	129.194	138.432	7,2	-	-	-

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em milhões litros.

A Região da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves

A configuração da região onde a escola está localizada, determinada pelos agentes locais, abrange os seguintes municípios: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores (Mapa 8).

Esta região, segundo os agentes entrevistados, se caracteriza tanto pela produção de uva e vinho, como pelas indústrias metal-mecânica e moveleira e também pelo turismo rural. Há ainda outras dimensões além da econômica, das quais os agentes destacam, fundamentalmente, duas: a primeira está relacionada ao meio físico, que por ser uma região de serra apresenta um relevo acidentado e um clima temperado que para a agropecuária impõe alguns limites na diversificação e no modo de produção e, para o turismo local, principalmente o do meio rural, abre uma série de oportunidades crescimento.

A segunda dimensão se refere ao processo de colonização dos italianos na região e nas atividades agrícolas e não-agrícolas dos colonos que sedimentaram as bases das principais atividades econômicas. Nas colônias (denominação dos lotes de terras recebidos pelos colonos), os imigrantes

desenvolveram tanto as atividades agrícolas, como também as inerentes aos seus ofícios (profissão) que aprenderam no seu local de origem. Um dos agentes locais, no sentido de exemplificar tal questão, cita que para desenvolver a produção de vinho na região, outras atividades dos colonos tiveram que ser conjuntamente desenvolvidas, como a de marcenaria para construção de pipas e outras necessárias para indústria vinícola nascente, além dos móveis e de outras para as suas habitações; a de construção civil, destinada tanto para a construção de moradias, como de cantinas para a fabricação dos vinhos; a de metalurgia voltada ao atendimento das demandas do setor vinícola (cintas para os tonéis) e agrícola das colônias.

A outro aspecto da colonização está relacionada a densidade demográfica. A região foi ocupada com pequenas propriedades, o que possibilitou no meio rural uma certa concentração de famílias por área. Tal concentração permitiu algumas facilidades de investimentos em infra-estrutura no meio rural local, como escolas, postos de saúde, transportes e energia. Para alguns agentes locais, a dimensão de áreas das colônias permitiu localizar algumas obras públicas (escola, posto de saúde, estradas, entre outras) em determinados locais, possibilitando que estes equipamentos ou infra-estruturas públicas atendessem um número significativo de famílias, sem que estas pessoas tivessem que locomoverem grandes distâncias. Bento Gonçalves tem, praticamente, todo o meio rural coberto por energia elétrica.

Mapa 8

A colonização italiana, segundo os agentes locais, configurou o espaço geográfico da região onde a escola está inserida. Também determinou a “marca”, desta região através do complexo vitivinícola e das atividades industriais moveleiras e metal-mecânicas. Os processos de consolidação destas atividades na região só foram possíveis porque estavam assentados na gênese da ocupação local – a colonização. Atualmente, estas atividades têm pesos diferentes nas economias dos municípios que compõem a região da escola, sendo que nos municípios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul se concentram as atividades industriais: vinícolas, moveleiras e metal-mecânicas e no restante as economias municipais estão centradas na dinâmica agrícola, mais especificamente na viticultura. A indústria vinícola também se estende para Garibaldi.

Em Bento Gonçalves, o setor moveleiro responde por 44% da renda do município, enquanto o setor vinícola somente 14%, como se pode observar na Tabela a seguir. Mas, mesmo assim, o município mantém a condição de melhor produtor de vinho nacional onde se concentram as principais adegas do país: Dom Laurindo, Bentec Ltda – Divisão Vinícola, Cooperativa Vinícola Aurora, Vinhos Salton, Casa Valduga, Vinícola Miolo, entre outras.

Tabela 308
Participação das Atividades e Setores na Economia de
Bento Gonçalves

Atividades/Setores	(%)
Indústria	79
Moveleiro	44
Vinícola	14
Metalúrgico	7
Alimentício	6
Plástico	3
Couro	2
Borracha	1
Artes Gráficas	1
Têxtil	-
Comércio	9
Serviços	12

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo.

A delimitação geográfica e a caracterização socioeconômica da região da escola estão circunscritas numa certa homogeneidade histórica de ocupação territorial determinada pela colonização e pelos ofícios agrícolas e não-agrícolas dos colonos.

A região, de acordo com os agentes locais, está contida num espaço específico da Serra Gaúcha demarcado pela colonização italiana e pela viticultura. Assim sendo, a região é um local de características específicas que a difere de outras localidades da Serra Gaúcha, como a região de Gramado e Canela, que se caracteriza pelo turismo e pela colonização alemã. Os agentes locais não dão nenhuma denominação para a região da escola, portanto, neste texto passa a ser denominada somente de “região”.

Em relação ao setor vitivinícola, o Rio Grande do Sul, em 1996, concentrava em produção de uvas e vinhos no Brasil algo entorno de 68% da produção de uvas e 90% da produção de vinhos e derivados. A região da escola, por sua vez, segundo o Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul, Embrapa-CNPUV/SAA (1996),²⁴ concentra 87% dos produtores (11.303) que ocupam 82% (21.545 ha) da área de cultivo total do Estado, 96% (395.763 ton.) da produção de uvas total do Estado e 91% da produção estadual de vinhos finos e comuns (300 milhões de litros).

O meio rural agrário e agrícola desta região se caracteriza por ser um “locus” especializado na vitivinicultura, pois desde seus primórdios foi constituída por pequenas propriedades (decorrentes do processo de ocupação-colonização), centradas, na sua maioria, na produção de uva e de vinho associadas a cultivos de subsistência.

Na região, em 1996, com base no Cadastro Vitícola, os estabelecimentos possuíam uma área média de 15 ha, sendo que, nos municípios compreendidos, a área média variou entre 10,9 ha e 30,2 ha, conforme mostra a Tabela abaixo.

²⁴ Este trabalho é uma parceria da Embrapa-CNPUV/SAA, com outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais: SDR-Denacoop, Emater-RS, Fecovinho.

Tabela 309
Número de Propriedades, Área Total e Área Média
Região de Bento Gonçalves
1996

Município	Número de Propriedades	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Total	11.303	166.685	14,7
Antonio Prado	697	15.122	21,7
Bento Gonçalves	1.767	22.327	12,6
Carlos Barbosa	227	3.275	14,4
Caxias do Sul	1.510	22.485	14,9
Cotiporã	417	8.176	19,6
Fagundes Varela	123	2.983	24,3
Farroupilha	1.275	18.974	14,9
Flores da Cunha	1.390	18.000	12,9
Garibaldi	1.350	16.558	12,3
Monte Belo do Sul	574	6.270	10,9
Nova Pádua	459	6.789	14,8
Nova Roma do Sul	333	6.075	18,2
Santa Tereza	239	3.239	13,6
São Marcos	520	7.924	15,2
Veranópolis	379	7.187	19,0
Vila Flores	43	1.301	30,3

Fonte: Embrapa - Bento Gonçalves.

A área média destinada à viticultura está em torno de 2,0 ha, variando nos municípios nos patamares, 0,7 ha e 2,7 ha conforme está apontado na tabela a seguir.

Tabela 310
Número de Propriedades, Área Total com Parreiras e Área Média com Parreiras
Região de Bento Gonçalves
1996

Município	Número de Propriedades	Área Total Com Parreiras (ha)	Área Média com Parreiras (ha)
Total	11.303	21.545	1,9
Antonio Prado	697	876	1,3
Bento Gonçalves	1.767	4.474	2,5
Carlos Barbosa	227	163	0,7
Caxias do Sul	1.510	2.834	1,9
Cotiporã	417	556	1,3
Fagundes Varela	123	91	0,7
Farroupilha	1.275	2.577	2,0
Flores da Cunha	1.390	3.183	2,3
Garibaldi	1.350	2.300	1,7
Monte Belo do Sul	574	1.566	2,7
Nova Pádua	459	934	2,0
Nova Roma do Sul	333	394	1,2
Santa Tereza	239	462	1,9
São Marcos	520	683	1,3
Veranópolis	379	409	1,1
Vila Flores	43	43	1,0

Fonte: Embrapa – Bento Gonçalves.

Este mesmo levantamento mostra ainda que, praticamente, em todos os municípios da região, mais de 80% dos estabelecimentos têm área própria de

cultivo de parreiras, sendo que o único que não demonstra a mesma situação é o recém-criado município de Monte Belo Sul, onde o arrendamento ocupa quase 26% das áreas com vinhedos.

Técnicos da Embrapa-CNPV de Bento Gonçalves, em 1985, na constatação do perfil dos produtores da região em questão (Freire et alii, 1992), verificaram o alto grau de especialização dos viticultores. Os autores apontam que, em 1985, 88% dos viticultores tinham pelo menos 80% das receitas provenientes da viticultura e, em 1991, o percentual reduziu-se para 68%, e isto se deve, segundo os autores, ao incremento que as culturas anuais e perenes tiveram na composição das receitas desse grupo de produtores.

Segundo os agentes locais, a participação da atividade vitivinícola na composição da receita vem sendo reduzida, devido principalmente ao aumento da diversificação das atividades agrícolas, com os cultivos de pêssigo e a maçã (frutos de caroço, como são denominados na região), e também com os hortigranjeiros (alho, tomate cenoura), que estão proporcionando, conjuntamente com a uva, receitas em diversas épocas do ano, minimizando os riscos ocasionados pela monocultura (uva) e permitindo melhor aproveitamento da estrutura produtiva da propriedade. Uma localidade que vem se destacando na produção das frutas de caroço, segundo os agentes locais, é Pinto Bandeira, distrito de Bento Gonçalves. É importante destacar que estas novas atividades não estão sendo introduzidas de modo a substituir a uva, e sim, conduzidas de forma associada com a uva, principalmente ocupando as áreas inaproveitadas da propriedade. Outras atividades que também têm destaque, com menor peso, mas com algum tempo na região, são a avicultura (integrada principalmente à Frangosul) e a pecuária de leite, sendo que esta última está muito associada à produção de subsistência.

Na Tabela a seguir, pode-se observar uma distribuição do uso na área explorada, tomando como base o sistema de produção de Bento Gonçalves e Flores da Cunha que, segundo técnicos locais, refletem praticamente o que se encontra na região.

Tabela 311
 Proporção da Área Explorada, segundo os Diferentes Usos
 Região de Bento Gonçalves
 1985

Uso	(%)
Total	100
Parreiras	21
Proteiros	21
Culturas anuais	11
Pousio	11
Mato	11
Reflorestamento	4
Frutíferas	3
Inaproveitadas	11
Outros usos	7

Fonte: Freire et al (1992).

A assistência técnica na região, segundo os agentes locais, é realizada tanto no âmbito do público e do cooperado, como no do privado, sendo que esta modalidade de assistência vem tendo um incremento de formas autônomas nos últimos anos. Esta forma privada de assistência é oferecida tanto pelas agroindústrias vinícolas, como por empresas e/ou por técnicos que atuam de forma autônoma. Os agentes locais apontam que praticamente todos os produtores estão cobertos por algum tipo de assistência técnica.

Os agentes apontam ainda, que a assistência técnica e outros fomentos da produção,²⁵ através da relação produtor e as cantinas (agroindústria) grandes ou familiares se processa de várias formas:

- com as cooperativas, a relação é somente com associado, e por ser cooperado o produtor recebe os benefícios da assistência técnica e das outras ações de fomento, mas em contrapartida tem que comercializar sua produção via cooperativa;
- com as cantinas grandes e/ou familiares, a relação é parceria/integrado, mesma relação que é oferecida para o cooperado, em termos de benefício e deveres, só que agora não é uma relação de cooperação e sim de integração ou de parceria;
- com as cantinas grandes e/ou familiares, há casos em, que o produtor entrega sua produção para quem tiver o melhor preço. Neste caso, a assistência técnica à sua produção fica a seu critério.

²⁵ Como, por exemplo, a introdução de cultivares vinícolas de melhor qualidade, a fim de produzirem vinhos de melhor qualidade.

Em termos de uso de tecnologia, os agentes locais, de forma geral, indicaram alguns limites no uso de tratores devido ao relevo local ser muito acidentado, e que em determinados lugares impede o uso de máquinas. Com relação aos insumos químicos, os agentes foram unânimes em classificar o sistema de produção local com um alto grau no uso de insumos químicos no controle de pragas e doenças.

Freire et alii (1992), em seu estudo quanto ao uso de tecnologia, verifica algumas mudanças que vêm ocorrendo no que diz respeito à sanidade do material vegetativo – porta-enxerto – utilizado, pois o uso de um material sadio vem influenciando na longevidade dos vinhedos; ao manejo do solo, em que está ocorrendo a substituição da capina manual e do plantio de leguminosas pela utilização de herbicidas, o que reduziu o uso de mão-de-obra; ao uso da poda verde; ao transporte com o uso das caixarias de plásticos; e a redução da adubação química a quantidades mais adequadas, com o uso da cama de aviário. Em relação ao uso de insumos químicos, o estudo constatou um aumento na quantidade de tratamentos para combater as doenças presentes no cultivo das parreiras. Segundo técnicos locais, o uso de determinadas tecnologias e de outras não, depende essencialmente da relação custo e benefício.

O estudo realizado por Freire mostra que entre 1985 e 1991 houve um incremento no emprego de tecnologias menos demandadoras de mão-de-obra, citando como exemplo o aumento do uso de herbicidas e do número de tratores ocorridos neste período (de 55% para 66% nos municípios de Bento Gonçalves e Flores da Cunha). O estudo indica que a redução média do uso de mão-de-obra nas propriedades desta região foi da ordem de 9,8%.

Neste quadro, de intensa mudança na base de produção e de redução do uso de mão-de-obra, é importante caracterizar dois momentos históricos do processo de desenvolvimento do vinho na região, descritos por um dos agentes locais, para se tentar compreender os caminhos percorridos até o momento pelo setor vitivinícola local, que são:

- Até por volta de 1960, parte da produção de vinho era feita no sistema de “parceria”, em que o vinho era processado na colônia (propriedade familiar) – nas cantinas familiares – e depois entregue para as agroindústrias; outra parte

do vinho era processado pelas agroindústrias, sendo que a matéria-prima era de terceiros ou da própria indústria; e ainda uma outra parte do vinho que era direcionada para o consumo próprio. A relação com o mercado consumidor, era praticamente realizada pelas agroindústrias.

- Posterior a 1960, ocorreu a agilização dos transportes na região e, assim, as agroindústrias passam cada vez mais a processar o vinho, e com isso começa a diminuir o processamento nas colônias, nas cantinas familiares. É um período de expansão e modernização tanto das agroindústrias, como da produção primária (viticultura). Esta expansão foi proporcionada pelos investimentos em infra-estrutura (energia elétrica, transportes, estradas, entre outras) realizados por programas de fomento ao desenvolvimento do governo federal e pelo sistema de crédito nacional. Neste momento criam-se bases tecnológicas para a produção primária e industrial que permitem as grandes agroindústrias locais produzirem seus vinhos finos e os introduzirem no mercado nacional. Intensificam-se os processos de migração para a cidade - poucos jovens ficam nas colônias, a maioria migra para a cidade. Ocorre mudanças profundas na dinâmica da produção familiar.

A partir dessas constatações históricas dos agentes, de intensas mudanças na base técnica da produção primária e industrial, e de transformações nas condições de investimentos nas bases produtivas primária e industrial e também na infra-estrutura local, alguns agentes argumentam ainda que, a partir dos anos 60 e 70, os estabelecimentos agrícolas na região, apesar de conservarem sua aparência de produção familiar, funcionam mais como antes, pois a produção passa com o tempo a não estar mais voltada para subsistência e reprodução da família, e sim para a produção de riqueza monetária. A produção familiar se abre para fora, suas relações sociais passam a ser fundadas na mercantilização de suas atividades e, portanto, a produção das colônias se tornam um negócio agrícola.

Os agentes locais acrescentam que com a modernização do processo produtivo, a partir da década de 70, fundada no uso intensivo de insumos químicos (adubos e defensivos) e mecânicos (máquinas, tratores e equipamentos), associada ao aumento da oferta de trabalho urbano, visto que este também é um momento de incremento no desenvolvimento dos setores

industriais da região – vinícola, moveleira e metal-mecânica, e ainda, com a busca da formação educacional, a região passou a vivenciar um intenso processo de migração de parte significativa da população rural para a cidade.

A migração também foi reforçada pelo movimento cíclico da produção de uva e vinho, já que este sistema de produção apresenta períodos de safras desfavoráveis em produção e em geração de renda, em virtude, principalmente, das condições climáticas desfavoráveis, em que pode ocorrer precipitações e/ou estiagens acima do normal, prejudicando a produção das uvas e dos vinhos em termos de qualidade. Isso irá refletir nos preços desses produtos, como também essas condições desfavoráveis podem aumentar a necessidade do uso de defensivos químicos, devido à proliferação de pragas e doenças, aumentando os custos de produção da uva, o que pode vir agravar ainda mais a geração de renda dos produtores. Estes momentos de baixa fizeram com que pessoas saíssem do campo em direção às cidades, na busca de trabalho e renda, já que a renda agrícola da uva gerada nestes momentos de crise não supria as necessidades de todos da família, sendo necessário que alguns membros migrassem para a cidade, quando não acontecia de ir toda a família.

Outro processo de diferenciação da pequena produção familiar local além da modernização foi o aparecimento de atividades não-agrícolas na colônia, com o processo de fabricação de vinhos finos pelas cantinas familiares e também com serviços ligados ao turismo rural que se desenvolve há tempo na região.

A região, por suas características físicas, é muito apropriada para o turismo, já que possibilita o contato com a natureza e com suas belezas proporcionadas pelo ambiente serrano, como também permite o contato com meio agrícola, mais especificamente com a produção da uva e do vinho.

Segundo os agentes locais, o turismo gaúcho está mais voltado para a serra do que para o litoral. Contudo, as serras gaúchas já ultrapassaram as fronteiras do Estado, e recebem turistas tanto de outros Estados do país, como dos países vizinhos – Argentina e Uruguai. O chamariz da serra ainda são as cidades de Gramado e Canela, mas a região onde a escola está inserida absorve também esses turistas, pois se encontra no roteiro de passeios, graças

à produção de uva e vinho, que tem despertado e ajudado o desenvolvimento do turismo na região.

Além do turismo ligado à cultura do vinho, a região explora outros dos seus potenciais, que estão voltados para a história da colonização italiana, belezas naturais, entre outros. Em Bento Gonçalves, pode-se encontrar as seguintes atividades:

- cultura do vinho: serviços prestados pelas cantinas;
- história da colonização: passeio da Maria Fumaça; Caminhos de Pedra (arquitetura dos colonos); museus;
- esportes radicais: jeep aventura nos caminhos remotos na serra; rafting no Rio das Antas; paraplanar nos vales e montanhas;
- belezas naturais: vales e montanhas, e a produção agropecuária;
- gastronomia: restaurantes com comida típica dos colonos, no entorno da cidade.
- Bento Gonçalves também congrega o turismo de negócio, pois concentra grandes eventos promocionais, como:
 - Movelsul: a cada dois anos empresas moveleiras se reúnem na cidade num evento que é um dos maiores do setor na América Latina;
 - Fenavinho: Festa Nacional do Vinho;
 - Fimma: Feira Internacional de Máquinas e Matéria-Prima e Acessórios para a Indústria Moveleira;
 - Expobento: espaço para micro e pequenas empresas divulgarem seus produtos;
 - Bento em Dança: evento de âmbito internacional que chega a reunir anualmente 10 mil bailarinos, provenientes de 22 países, e inclui ballet clássico, jazz, dança moderna, folclórica e street dance.

Em 1998, em Bento Gonçalves, cerca de 400 mil turistas visitaram o município. Para 1999, as previsões são de superação deste patamar, pois de janeiro a julho o fluxo de visitantes no município cresceu 145%. Já a ocupação hoteleira teve um acréscimo de 19% (JBG 03/09/99).

A que se destacar, nestes dados, o paradoxo de que enquanto cresce o fluxo de turistas a índices virtuosos a rede hoteleira não acompanha tal vulto, ficando aquém da demanda. Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Bento Gonçalves, em 1998 a cidade possuía seis hotéis e seis pousadas, perfazendo um total de 1.757 vagas. A cidade encontra-se com oferta de estrutura aquém de sua demanda, com seus visitantes procurando outros lugares, como Caxias do Sul e mesmo Porto Alegre para se hospedarem, pois o turismo se realiza independente das estruturas da cidade e se encontra estabelecido no seu entorno.

No bojo do crescente turismo local as cantinas se associam a ele abrindo suas portas ao turista, através de alguns serviços que conjugam a comercialização de vinho, apresentando a este público os diversos procedimentos da elaboração do vinho e possibilitando a degustação, fazendo com que os visitantes vivenciem a cultura e a tradição local desta produção. Algumas também oferecem até cursos de degustação.

A Cooperativa Vinícola Aurora foi a primeira vinícola a abrir suas portas ao público, atividade que vem ocorrendo desde o início dos anos 80. Para tanto, criou um Centro de Recepção – Cave di Bacco, em que montou um roteiro que mostra os procedimentos do processamento do vinho e oferece a degustação de toda sua linha de produtos. Por fim, a empresa oferece ao turista a oportunidade de adquirir os produtos da empresa cooperada de interesse do turista, através de uma estrutura de varejo. Esta estratégia ajudou a empresa cooperada a divulgar através do turismo suas linhas de vinhos finos.

Esta forma de associação da produção de vinhos com o turismo, com os resultados apresentados, foi se espalhando pelas outras cantinas, como por exemplo pela Vinhos Salton, Cooperativa Vinícola Pompéia, até que nos anos 90 foram também apropriadas pelas cantinas familiares, como a Casa Valduga, Vinícola Miojo, Dom Cândido, Dom Laurindo, Casa Cordilier, Dal Pizzol, Júlio Brandelli, Adega Victor Valduga, Famiglia Tasca, Reserva da Cantina, Adega Titon, Bantec Ltda Divisão Vinícola, entre outras.

Na região, por parte de todo o setor vitivinícola, há um esforço em promover o desejado e necessário salto qualitativo, com a elaboração de vinhos finos.

No município de Bento Gonçalves, na região do Vale dos Vinhedos, os produtores se organizaram em uma Associação, a Aprovale – Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos –, a qual juntamente com a Embrapa/CNPUV (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho), a Faper (Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul) e a Universidade Caxias de Sul, para definir uma indicação geográfica para os vinhos elaborados nesta região, e posteriormente buscar a denominação de origem, o que reafirma a estratégia da produção de vinhos finos, bem como reforça a busca por uma identidade regional mais restrita que a denominação genérica de Serra Gaúcha.

Conforme a Folha de São Paulo de 02/02/99 p. 5.1, o vinho fino nacional tem conquistado prêmios no exterior tanto o das cantinas grandes (Vinhos Salton e Cooperativa Vinícola Aurora), como das cantinas familiares (Vinícola Miolo e Casa Valduga), ganhando importantes prêmios na França, no Canadá, na Espanha, em Portugal, na Itália e na Argentina, entre outros. A produção brasileira de vinhos finos cresce e alcança 21% da safra nacional de 213 milhões de litros em 1998 (Gazeta Mercantil 19/02/99, p. B20).

No reforço desta busca por vinhos finos nacionais e também criando uma forma de divulgação, a Associação de Enologia do Brasil, junto com o setor vinícola local, criaram o evento “Avaliação Nacional de Vinhos”, que já há alguns anos vem avaliando os vinhos da safra respectiva ao ano do evento. No mês de setembro de 1999, cerca de 500 pessoas estiveram reunidas no centro de eventos do Parque da Fenavinho para degustar 15 variedades de vinhos da safra 98/99, pré-selecionadas por uma comissão de enólogos e degustadores formada pela Associação de Enologia. No evento foi feita a análise final, com nota para cada variedade, por um júri formado por enólogos, enófilos e degustadores do Brasil, França, Argentina, Inglaterra, Uruguai e Eslovênia. Este evento, segundo alguns agentes, deve ser levado para os grandes centros consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro, numa estratégia de divulgação do vinho fino nacional.

O Estado este ano também pretende investir R\$ 1 milhão na implantação de um laboratório de excelência do vinho em Caxias do Sul, em parceria com as

indústrias e prefeituras. O laboratório vai controlar e fiscalizar a qualidade de uvas e vinhos produzidos na região (Zero Hora, 13/09/99, p.21).

É interessante observar que o processo de expansão do setor via produção de vinhos finos, nos anos 80 e 90, se desenvolve associado ao turismo, em que as cantinas se abrem para o turista, divulgando e vendendo seu vinho. As cantinas não restringem sua produção de vinhos finos a este nicho de mercado, e sim acoplam este tipo de comércio à sua estrutura mais geral de mercado, que objetiva a introdução, a competitividade e a consolidação de seus vinhos nos grandes centros consumidores. As cantinas familiares não buscam colocar seus vinhos nas grandes redes de supermercados, e sim diretamente ao consumidor através da venda direta e por representantes, e também junto a bons hotéis e restaurantes de todo o país.

A associação com o turismo nas cantinas familiares agrega também outras atividades não-agrícolas ligadas propriamente ao turismo, como os serviços de atendimento, de hospedagem, de alimentação e de lazer, que já foram montados em algumas cantinas de Bento Gonçalves: Casa Valduga, Vinícola Valduga, Dom Cândido, Dom Laurindo, Dal Pizzo, entre outras. A Dal Pizzol, no seu folder, divulga além dos serviços de gastronomia da colonização italiana e dos vinhos, a pesca esportiva e mini-zoológico. A Casa Valduga está ampliando sua estrutura de hospedagem a seus clientes.

Um dos agentes locais, produtor de vinhos finos, argumentou que hoje estas novas atividades de serviços agregadas à produção e à comercialização de vinho, representam 30% do faturamento da empresa familiar, enquanto o vinho representa 70%, mas que a tendência é inverter esta relação, de forma que as atividades de serviços aos turistas passem a responder por 70% do faturamento, sem redução das atividades inerentes ao cultivo das uvas e produção de vinhos.

Outra tendência apontada pelos agentes é destas cantinas virem a buscar parceiros na produção de vinhos, isto é, não ligar o aumento da demanda com um aumento de área de produção primária e industrial, e sim buscar a produção de vinhos de terceiros, em que somente fincará sua marca e fará a comercialização.

As cantinas familiares, com o desenvolvimento das atividades de serviços ligadas ao turismo abrem na região perspectivas de demanda por mão-de-obra qualificada em atividades de turismo – serviços de hospedagem e atendimento, serviços de alimentação, serviços de lazer, etc.

Se vislumbra para o meio rural da região um eixo de desenvolvimento vinculado às cantinas familiares e também, além das grandes, na produção de vinhos finos e nas atividades não-agrícolas voltadas as atividades de turismo. Entretanto, este processo é excludente, e se mostra saturado, com poucas chances de absorver novos atores, apresentando barreiras de entrada, devido, essencialmente, aos vultosos investimentos necessários para seu início. Portanto, para as pequenas propriedades restantes o caminho continua a ser através da produção primária da uva e da diversificação.

Este esforço realizado nas recentes décadas do setor vitivinícola da região na produção de vinhos finos, em que foi envolvido tanto as cantinas grandes, quanto as familiares, atingiu um estágio satisfatório no mercado nacional. Quantidade e qualidade têm sido, de forma genérica, compatíveis com a dimensão e com as exigências de mercado, que ainda tem potencial de crescimento. Os preços têm sido, relativamente, compatíveis ao poder de compra dos consumidores de vinho.

Mas, nos últimos anos, com a abertura econômica e com o advento do Mercosul, segundo um dos agentes locais, a viticultura nacional é um dos segmentos mais sensíveis no processo de integração regional do Mercosul, já que o país abre o espaço nacional a parceiros que possuem tradição e algumas vantagens no que diz respeito aos recursos naturais para a produção de vinhos. O processo de abertura também cria espaço no mercado nacional para os vinhos europeus, aguçando a concorrência e competitividade dos vinhos importados com os vinhos finos nacionais. O ritmo das importações resistiu à desvalorização do real e o mercado de vinhos importados de boa cepa segue crescendo cerca de 20% ao ano (Gazeta Mercantil 08/05/99 p.C6).

Os agentes locais apontam os seguintes pontos de estrangulamento da vitivinicultura da região:

- questões tecnológicas relacionadas com o processo de produção de uvas, sanidade vegetal, controle de pragas, etc, e com o processo de produção de vinho, zoneamento vitícola, seleção de castas, controle e fiscalização da produção, cadastros vitivinícolas, etc.;
- questões de mercado relacionadas com a promoção e marketing do vinho e dos derivados da uva (sucos) e do vinho (vinagres, brandy, espumante).

Recente pesquisa junto aos agentes da cadeia produtiva da uva e do vinho, publicada na Revista de Política Agrícola,²⁶ revela a existência de um amplo espectro de problemas no setor, com destaque ao baixo apoio dado aos produtores rurais, a distância entre a pesquisa e extensão frente as demandas dos produtores e a inadequação do crédito aos produtores, concluindo que estes fatores passam a ser limitantes à modernização da produção e restringem a capacidade competitiva do setor no mercado integrado.

A mesma pesquisa aponta o controle e fiscalização na elaboração e comercialização do vinho comum como outro gargalo da cadeia produtiva, relacionado à defasagem tecnológica da agroindústria e idoneidade deste produto, refletidos na qualidade do mesmo. No caso dos vinhos finos, um importante ponto que restringe sua competitividade está relacionado ao padrão de qualidade, visto que a indústria não consegue atingir um padrão estável que referencie o consumidor. Finalmente, salienta que a ausência de coordenação do setor acaba sendo um entrave para seu desenvolvimento, notadamente na falta de uma política clara e na efetiva integração entre os elos da cadeia produtiva.

Para suplantar tais obstáculos estruturais e os impostos pela abertura de mercado e aportar condições de concorrência, o setor vem articulando junto ao governo estadual a efetivação do Fundovitis – Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado, para a promoção da competitividade e do desenvolvimento do setor no Rio Grande do Sul. Neste sentido, todas as entidades vinculadas ao setor vitivinícola, como a Unibra (União Brasileira de Vitivinicultura), a Agavi (Associação Gaúcha de Vinicultores), a Fecovinho (Federação das Cooperativas do Estado) e a Comissão Interestadual da Uva

²⁶ *Revista de Política Agrícola*. Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Ano III, n. 02, p. 7-13.

(compostas pelos STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), constituíram o Instituto Brasileiro do Vinho – Ibravin, visando viabilizar junto ao governo do Estado O FUNDOVITIS.

Finalmente vale mencionar que as estratégias do setor vitivinícola voltadas ao crescimento potencial de consumo de vinhos comuns – onde não ocorre concorrência externa – funciona como alavanca para o consumo de vinhos finos. Observa-se, também, as alternativas que fortalecem o consumo de suco de uva nos mercados nacional e internacional, mercados estes pouco estruturados e aproveitados pelo setor vinícola nacional.

Escola Agrotécnica Federal “Juscelino Kubitschek” de Bento Gonçalves

A Escola Agrotécnica Federal "Juscelino Kubitschek", situada no município de Bento Gonçalves foi criada em 22/10/1959, pela Lei nº3.646, e deu início às suas atividades em 01/03/1960. A Escola iniciou ministrando o Curso Técnico em Viticultura e Enologia e, a partir de 1964, passou também a oferecer o Curso de Técnico Agrícola, sendo que esses dois cursos técnicos foram oferecidos conjuntamente com o ensino propedêutico (ensino médio).

Como se pode observar, a EAF "Juscelino Kubitschek", desde seu início, teve suas atividades comprometidas e associadas à vocação vitivinícola da região. Os agentes locais, numa forma consensual, afirmaram a importância da escola na propagação de novas tecnologias na produção de uva e vinhos, que romperam com as formas tradicionais. Nos anos 70, esse papel de fomento ao uso de novas tecnologias foi também realizado por outros atores – a Embrapa-CNPUV e a Emater, que instalaram-se na região somente a partir desta época.

O momento de criação da EAF é também um período em que se inicia no meio rural local intensas mudanças no sistema de produção do setor vitivinícola. De acordo com os agentes locais, a escola desempenhou um papel ativo nessas mudanças – especializava jovens do meio rural, essencialmente da pequena produção familiar local, nas novas bases tecnológicas e o repasse dos conhecimentos novos adquiridos na EAF se processava naturalmente, no contexto da propriedade, entre pai e filho no dia-a-dia do trabalho.

Portanto, a que se considerar que EAF, desde seus primórdios, esteve integrada com os processos de desenvolvimento do setor vitivinícola local, já

que sua concepção vinha de encontro com as necessidades que o momento de inversão do desenvolvimento local colocava – mão-de-obra especializada em propagar as novas bases tecnológicas que o novo patamar de produção primária e industrial exigia.

Com o estabelecimento da Embrapa na região, esta passa a absorver os alunos da EAF na forma de estágios, além de proporcionar atividades de ensino técnico complementares às da Escola. Absorve também, por concurso, os técnicos formados pela Escola, de forma que na instituição, atualmente, todo seu corpo técnico de nível médio é oriundo da EAF. O mesmo ocorre com uma das maiores cantinas da região, Cooperativa Aurora, que abriga de seis a sete alunos em estágios nas suas instalações. A relação da Embrapa com a EAF também se mantém pela cessão de bolsas de estágio para os alunos da Escola.

Nos anos seguintes, até por volta dos 1997/98, ocorreram modificações na grade dos cursos técnicos da EAF que ampliaram a competência da Escola para o campo da agropecuária, mas, com os cursos técnicos sendo ainda ministrados junto com o ensino propedêutico. Estas modificações ampliaram os horizontes da escola, e fizeram com que fossem atendidas outras demandas de ensino técnico, além das ligadas à enologia, já que esta, por sua vez, era uma demanda essencialmente local.

A partir de 1994, a EAF também direciona suas atividades para a constituição do Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, em resposta às demandas dos agentes locais, principalmente, as resultantes do esforço deste setor vitivinícola no desenvolvimento de vinhos finos na região, que cada vez mais exige profissionais neste campo de formação.

A EAF, dentro da concepção do Proep, pois já se encontra com seu projeto aprovado, oferece o Curso Técnico em Informática, recentemente criado, com duas formas de ingresso na escola – a primeira está voltada ao atendimento de indivíduos que ainda cursam o ensino médio em outras instituições de ensino; e a segunda para o atendimento de indivíduos que já detêm a conclusão do ensino médio.

A Tabela a seguir, mostra a distribuição do número de alunos, em 1998, em relação aos cursos oferecidos na escola.

Tabela 312
Número de Alunos, segundo os Cursos
1998

Cursos	Número de Alunos
Nível Médio	
Ensino Médio	272
Técnico em Agropecuária	190
Técnico em Enologia	82
Técnico em Informática	77
Pós Médio	
Técnico em Informática	20
Nível Superior	
Tecnologia em Viticultura e Enologia	99

Fonte: Escola Agrotécnica Federal "Juscelino Kubitschek".

A Tabela abaixo, mostra a procedência dos alunos e sua distribuição pelas áreas de formação que a EAF oferece. Do total de 468 alunos, 262 (56%) são da região, 186 (40%) vêm de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul, e somente 20 (4%) são oriundos de outros Estados. Em relação aos cursos, tem-se duas realidades distintas de procedência – no Curso Técnico em Agropecuária 65% dos alunos vêm de outros municípios do Estado, enquanto, os Cursos Técnicos em Informática e em Enologia, apresentam um comportamento inverso, em que 83% e 86 % dos alunos, respectivamente, vêm da região. O Curso Técnico em Agropecuária e os cursos de nível técnico e superior de Enologia são as áreas de ensino que concentram a maior parte dos alunos da EAF, respectivamente, 41% e 38% do total.

Tabela 313
Número de Alunos e Participação por Cursos, segundo a Procedência
1999

Procedência	Superior		Técnico				Total			
	Enologia		Enologia		Agropecuária		Informática			
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Total	99	21	82	17	190	41	97	21	468	100
Região de Bento Gonçalves	59	60	68	83	52	27	83	86	262	56
Rio Grande do Sul	37	37	12	15	123	65	14	14	186	40
Outras Regiões	3	3	2	2	15	8	-	-	20	4

Fonte: Escola Agrotécnica Federal "Juscelino Kubitschek".

Alguns entrevistados apontaram para o problema do emprego da mão-de-obra formada pela Escola, na medida em que consideram pequena a perspectiva de absorção na região. Segundo um dos entrevistados, muitos formandos se dirigem para outras atividades que não a agricultura, atuando como garçons em restaurantes, no atendimento a clientes de hotéis ou mesmo

em "bicos" na indústria. De acordo com outro entrevistado, a saída seria um redirecionamento curricular, diversificando os cursos oferecidos, como o de hotelaria, pois vê na Escola uma possibilidade de ofertar serviços às pequenas cantinas, como de engarrafamento e rotulagem – levando em consideração seu reaparelhamento via Proep.

A reestruturação da Escola dentro do Proep, reforça sua tradição junto ao setor vitivinícola, por um lado, e por outro abre possibilidades de expansão quanto ao atendimento de outros setores ou atividades com potencial de crescimento.

Assim, a Escola pretende direcionar recursos do Proep, descritos na Tabela a seguir, aos cursos já existentes, de enologia, de agropecuária e de informática, como também ampliar sua rede de ensino com o curso de gastronomia em parceria com a prefeitura de Bento Gonçalves – a EAF, atualmente, cede espaço para a realização do curso. Pode-se observar que 78% do total dos recursos serão utilizados em infra-estrutura e equipamentos. Isto se deve fundamentalmente ao esforço da Escola em se enquadrar ao eixo de desenvolvimento da região, calcado no turismo associado à colonização italiana, a produção de vinhos e aos recursos naturais.

Tabela 314

Aplicação e Participação dos Recursos do Proep, segundo as Categorias

Categorias	Recursos (R\$)	%
Total	1.975.718	100
Infra-Estrutura Física	878.000	45
Equipamentos	670.715	34
Capacitação/ Treinamento	241.000	12
Material Pedagógico	105.543	5
Consultoria	60.000	3
Serviços	21.000	1

Fonte: Escola Agrotécnica Federal "Juscelino Kubitschek".

A Escola pretende ampliar as estruturas de sua “cantina”, tanto para melhorar a qualidade de seu vinho,²⁷ como também para a reformulação de seu espaço interno visando ao atendimento do turista, que poderá degustar o

²⁷ A Escola produz vinho em cantina própria, conduzida por professores, alunos e funcionários, que processam a uva de suas parreiras e/ou de terceiros cadastrados. O vinho produzido tem marca própria – Vinhos CVE – e traz dividendos para a Escola direcionados atualmente para gastos com manutenção. As variedades comercializadas são: Pinot Blanc, Gewürztraminer, Chardonnay, Cabernet Franc, Cabernet Sauvignon, Merlot, Gamay, Isabel e Niagara. As últimas variedades são praticamente para vinhos de “garrafão”.

vinho e ainda apreciar a comida típica da região. Com estas atividades, a Escola pretende aumentar a renda gerada pela cantina.

Ainda no bojo do turismo como fonte de renda, a EAF pretende, com os recursos do Proep, possibilitar o acesso do turista a algumas áreas da escola que permitam a prática do turismo ecológico e internalizar o curso de gastronomia em convênio com algumas empresas locais. Esta iniciativa pretende atender as demandas da região por profissionais desta área, e proporcionar fonte de renda para a Escola.

No âmbito da agropecuária e da informática, a Escola espera com os recursos do Proep se equipar, bem como adequar e ampliar algumas de suas estruturas voltadas ao processamento de alimentos no âmbito da propriedade rural.

Finalmente, nas abordagens sobre a Escola e seu papel na região, deve-se levar em consideração dois aspectos. O primeiro é o esforço da EAF em se adequar ao eixo de desenvolvimento do meio rural, que a leva à geração de renda própria e ao da formação de profissionais qualificados. Neste último, deve-se verificar o potencial de mercado do meio rural local em absorver estes profissionais, pois este já aponta indícios de saturação no seu crescimento. O outro aspecto é que muitos dos alunos da Escola são oriundos de outras regiões e que parte destes se dirige para o curso de técnico agropecuário, fora do circuito da vitivinicultura, e que quando formados também se dirigem para outras regiões, de origem ou não. Outra parte dos alunos da escola são da própria região e que parte destes alunos está integrada aos circuitos da vitivinicultura, e outra parte está em busca de melhores oportunidades de estudo e/ou de melhores colocações no mercado de trabalho.

Bibliografia

- ALONSO, et al (1994). *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre - RS: FEE.
- BASTOS, R.L.A. (1999). O mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre no início de 1999. *Indicadores Econômicos da FEE*, vol. 27, nº1. Porto Alegre – RS: FEE.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - DELEGACIA FEDERAL DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - (1996). *Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre – RS: SDR – DENACOOP/EMBRAPA – CNPUV/SAA – EMATER – RS/FECOVINHO.
- FREIRE, L.M. et al (1992). *Transformações na estrutura produtiva dos viticultores da Serra Gaúcha – 1985/1991*. Bento Gonçalves – RS: EMBRAPA – CNPUV.
- GAZETA MERCANTIL (1998). *Balanço Anual, Rio Grande do Sul, 1998*. São Paulo – SP.
- GAZETA MERCANTIL (1998). *Atlas do Mercado Brasileiro*. Ano nº 1, Dezembro. São Paulo – SP.
- LIMA, A.G.C. (1997). Algumas questões envolvendo a competitividade da produção agropecuária gaúcha: notas para discussão. *Indicadores Econômicos da FEE*, vol. 25, nº 3. Porto Alegre – RS: FEE.
- MACADAR, B.M. (1999). A influência do MERCOSUL na atração de investimentos diretos estrangeiros e na ampliação da infra-estrutura do Rio Grande do Sul – 1998. *Indicadores Econômicos da FEE*, vol. 26, nº4. Porto Alegre – RS: FEE.
- NAVARRO, Z. et al (1999). Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L.S; LEITE, S. (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA.